

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 06-4-2017.

Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Mônica Leal, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Alvoni Medina, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, José Freitas, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 048/17 (Processo nº 0590/17), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 093/17 (Processo nº 0913/17), de autoria de Cassiá Carpes; o Projeto de Resolução nº 010/17 (Processo nº 0922/17), de autoria de João Carlos Nedel; e o Projeto de Resolução nº 037/16 (Processo nº 1806/16), de autoria de Reginaldo Pujol. Em prosseguimento, o Presidente registrou o COMPARECIMENTO, neste Legislativo, de Maria de Fátima Záchia Paludo, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, e de Solimar Amaro, Presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania, concedendo a palavra a Suas Senhorias, que discorreram acerca da política de assistência municipal. Na ocasião, o Presidente também registrou o comparecimento de Denise Ries Russo, Secretária Municipal Adjunta de Desenvolvimento Social. Após, o Presidente concedeu a palavra a Aldacir Oliboni, Adeli Sell, André Carús, Idenir Cecchim, Moisés Maluco do Bem, Fernanda Melchionna, Reginaldo Pujol, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga e Paulo Brum. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se José Freitas, Luciano Marcantônio, Professor Wambert, Sofia Cavedon, Matheus Ayres, Tarciso Flecha Negra, Mauro Pinheiro, Airto Ferronato, Cláudio Janta e Aldacir Oliboni. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Solimar Amaro e a Maria de Fátima Záchia Paludo. Os trabalhos foram suspensos das dezessete horas e oito minutos às dezessete horas e doze minutos. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Valter Nagelstein, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 001, 020, 054 e 056/17; em 2ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 271/16, 013, 029, 035, 050, 067 e 086/17 e o Projeto de Resolução nº 007/17. Durante a Sessão, Dr. Goulart manifestou-se acerca de assuntos diversos. Às dezessete horas e quatorze minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e Valter Nagelstein e secretariados por João Carlos

Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Hoje temos o comparecimento da Sra. Maria de Fátima Záchia Paludo, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social; e do Sr. Solimar Amaro, Presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC, que prestarão esclarecimentos acerca da política de assistência social no Município de Porto Alegre. Convidamos a Sra. Maria de Fátima Záchia Paludo, a Sra. Denise Ries Russo, Secretária Municipal Adjunta de Desenvolvimento Social, e o Sr. Solimar Amaro a fazerem parte da Mesa.

A Sra. Maria de Fátima Záchia Paludo está com a palavra.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA ZÁCHIA PALUDO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, recebam os meus cumprimentos e da minha Secretaria, a qual tenho a honra de representar. De início, gostaria de dizer que estou muito satisfeita de poder vir à Casa do Povo e prestar qualquer esclarecimento que os senhores ou as senhoras queiram. Quero também deixar claro que a porta do meu gabinete está sempre aberta, como tem sido para o uso de muitos de V. Exas. ao levar demandas da população, e que nós, dentro das nossas possibilidades, temos resolvido.

Da mesma forma, eu me sinto honrada com o convite, deixando claro que, para convites, estamos sempre à disposição.

Para dar um pouco o panorama da Secretaria, no dia 4 de janeiro deste ano, através da Lei Complementar nº 810, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Social, a qual foram atribuídos quatro itens nas suas principais atribuições. Primeiro, seria formular, coordenar, fiscalizar, participar, planejar e controlar todas as políticas públicas municipais voltadas para a acessibilidade e a inclusão social das pessoas com deficiência, bem como a promoção do trabalho e da renda e emprego; promover, por outro lado, também o esporte, a recreação e o lazer; também definir, articular e executar as políticas de preservação e ampliação das ações de direitos humanos; e, por último, coordenar, controlar políticas públicas voltadas para a mulher, para a igualdade racial – dentro da igualdade racial nós temos o povo negro e também o povo indígena; a diversidade sexual, a juventude e os idosos, bem como quaisquer outros interesses em que existe a necessidade de uma proteção, porque a nossa Secretaria serve para a proteção social.

Assim, dentro desse panorama, o que houve foi a unificação de cinco Secretarias: Secretaria de Acessibilidade, Secretaria do Trabalho, Secretaria da Juventude, Secretaria dos Esportes e Secretaria dos Direitos Humanos.

Nessa mesma linha, o DEMHAB e a FASC perderam o seu *status* de secretarias e deixaram de ser vinculados ao gabinete do Prefeito, mas ao gabinete da Secretária, no caso vinculados a mim. Agora, uma coisa muito clara: em momento algum eles perderam autonomia funcional, autonomia administrativa, inclusive a financeira, ou seja, em vez de dirigir-se ao Prefeito, eles se dirigem à Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, até porque esta Secretaria é que vai determinar

as políticas públicas dentro da assistência social, claro que sempre dentro das políticas determinadas nas diretrizes federais.

Bem, dentre essas atribuições, qual é o objetivo principal da Secretaria? Promover a inclusão e o desenvolvimento social, uma forma de reduzir a pobreza e garantir os direitos humanos.

Eu, em que pese meus 34 anos como defensora pública, com exceção do período em que fui Corregedora-Geral, sempre trabalhei na ponta, dentro dos presídios, nas vilas, mas, como Secretária, estou conhecendo uma Porto Alegre que não conhecia, uma parte, os bolsões de pobreza como nunca imaginei que pudessem existir na Cidade onde nasci e fiz a minha vida – nunca saí de Porto Alegre! Algumas coisas são muito difíceis: se pensarmos, Porto Alegre teve o 28º lugar no IDH entre as cidades brasileiras. No Rio Grande do Sul não há nenhuma entre as primeiras 50, com exceção de Porto Alegre. E como se explicam esses bolsões de pobreza que temos? O nosso primeiro trabalho foi identificar a pobreza, porque se nós queremos trabalhar, nós temos que saber por onde começar, principalmente porque o bolsão de pobreza que encontro no Humaitá não é o mesmo que encontro na Restinga. Então, estamos fazendo um projeto muito difícil, mas, pelo menos, com muito cuidado, com muita *expertise*, para justamente trabalharmos esses bolsões. Frente a tudo isso, temos algumas metas: inicialmente seria oportunizar uma emancipação desta população que vive em situação de rua. A captação na inserção do mercado de trabalho para gerar renda, a redução do déficit habitacional, que é algo gigantesco, a regularização de moradias, e, para isso, já temos, inclusive, um convênio com a Defensoria Pública do Estado. Eu não consigo entender, existem ocupações em áreas particulares há quase 30 anos, e nunca foi feito usucapião particular ou coletivo. Nesse projeto junto com a defensoria, nós estamos começando a estudar essa parte.

Também a inclusão através do atendimento das pessoas dos equipamentos e eventos esportivos, sei, é óbvio que eu tenho ciência, que há uma grande movimentação com relação à Secretaria de Esportes, mas eu quero deixar claro aos senhores e às senhoras, em momento algum, será diminuída qualquer atividade do esporte; ao contrário, nós queremos aumentar o número de atendimentos de pessoas que são assistidas, que recebem através das aulas, através de todos os eventos. Eu entendo particularmente que tudo o que se gasta com esporte é investimento. Eu não admito que se diga que é custo, e foi a minha primeira briga na Fazenda nos primeiros dias que assumimos. Assumi no dia 1º, domingo à noite, e as piscinas, onde faltavam inclusive licitações a serem feitas, tinham que abrir dia 3 de janeiro. E, o Estado, é desnecessário falar de sua situação financeira... E foi o que eu disse de início: aqui esporte é inclusão, é a forma com que as pessoas simples têm condições de chegar nos nossos centros comunitários, nas nossas praças... Como eu vi lá no Lami, professores ensinando àquelas crianças pobres as coisas das pessoas ricas, *beach tennis*, que eu nem sabia que esse era o nome. Isso será sempre observado, e podem inclusive me cobrar a qualquer momento isso.

Bem, com relação à nossa política de Assistência Social, ela é organizada conforme já falei, pela política federal, e a rede toda é feita pelo SUAS – Sistema Único

de Assistência Social. Ou seja, assim como o SUS é para a saúde, o SUAS é para a assistência social, é ele que delimita. Eu imagino uma sinaleira, e divido em três partes essa questão da assistência social. Os CRAS, que são a prevenção, quando se pega o início da vulnerabilidade – nós temos 22 –, seria o sinal verde. Quando vamos para os CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, de média complexidade, é quando o CRAS não conseguiu o seu objetivo ou chegou tarde de mais. Neste caso, precisamos de mais um reforço, tanto que aí já há até advogados, abordagens, casas de idoso, e outros. E a alta complexidade, diria que é a luz vermelha, quando chegamos praticamente ao fundo do poço ou quase lá. Aí teremos os abrigos, os albergues, os acolhimentos institucionais e as repúblicas.

Eu não vou me alongar, porque, sobre essa parte, quem tem um domínio maior do que o meu é o nosso Presidente da FASC, Sr. Solimar Amaro. Mas eu queria falar mais duas coisas. Quando eu assumi, eu me insurji muito, estamos com o trabalho todo técnico para mudar, só faltam alguns ajustes, pois não posso admitir que os albergues, às 5h30min, acordem as pessoas e, às 6h, eles as põem para rua. Eu posso sair às 6h se eu tenho que ir para uma fábrica, se tenho que ir para uma construção ou, enfim, tenho um trabalho. Agora, para ser atirado na sarjeta, atirado no meio da rua, é um absurdo! Então, já foi feito um estudo, o Solimar me garantiu que já está na área técnica, e, pelo menos, no café da manhã, até às 9h ou 10h... E aproveitar essa parte ociosa dos albergues, que é à tarde, e fazer mais Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, como já temos. Talvez pela minha atividade em presídios, eu lembro que se poderiam buscar empresas para oferecer algum trabalho ali – no presídio, eles costuravam bolas –, então alguma coisa que possa gerar renda.

Nós temos um problema com as pessoas em situação de rua, o problema dos abrigos. Desde 1995, não foram criadas vagas. Foi feito um albergue novo, belíssimo por sinal, mas foi desativado o antigo, então foi uma troca de seis por meia dúzia. Legal. Agora, o que me assusta é que nós temos pessoas que estão há dez anos nos abrigos. Cadê as políticas emancipatórias e sustentáveis? Como é que eu tenho um rapaz que entrou aos 20 anos no abrigo, está com 29 e continua morando lá? Numa idade que ele deveria ter se emancipado, deveria ter sido capacitado, está lá no abrigo tirando lugar de outros que precisam, ou utilizando como casa de idosos. Para isso, nós temos determinadas casas.

E, por último, estamos começando com um projeto, que vai ser a menina dos olhos do Solimar, minha, da Denise, minha adjunta, que vai ser o acolhimento familiar. É uma experiência que já existe, há muitos anos, em Cascavel, em Campinas, está sendo ativada, agora, em Santo Ângelo. Em vez de mandar aquelas crianças do acolhimento institucional, que são os abrigos onde elas aguardam para serem adotadas... e aquelas que nunca serão adotadas, aos 18 anos, abrem a porta e mandam embora... vão ser acolhidas. O nosso projeto prevê um acolhimento por família. Cada família com uma criança. É algo que está dando certo em outros lugares, e nós temos que tentar, temos que sair. E é para isso que eu saí da minha zona de conforto também e vim para a Secretaria: para terminar com a mesmice, para trazer novas ideias, para tentar alterar

essa situação de um povo sofrido, um povo que não aguenta mais a falta de alternativas. Acho que todos nós temos que sair da nossa zona de conforto. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Solimar Amaro, Presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC, está com a palavra.

O SR. SOLIMAR AMARO: Estimado Presidente, Ver. Cassio; minha querida Secretária Fátima, Secretária Denise, meu estimado Vice-Presidente Joel, na pessoa do Cassio, quero cumprimentar esta Casa e todos os Vereadores que muito me honram; na pessoa do Seu Antônio quero cumprimentar toda a comunidade nossa que está aqui presente. Eu agradeço esse convite que me foi feito para estar aqui, juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Social. Há um ano e meio, eu fui agraciado, nesta Casa, com o título de Cidadão de Porto Alegre, foi o Vereador Nedel que me deu essa honra. Agora eu entendo o que significa esse título que me desafiava a me comprometer mais com a nossa Cidade. Além de toda a história que a gente construiu na nossa Universidade, na PUC, Oliboni, há muitos anos, me foi desafiado assumir a Fundação de Assistência aqui de Porto Alegre. Nada fácil. Os mais amigos chegavam perto e diziam o seguinte: “Tu estás louco? Por que tu vais sair dessa zona de conforto para uma situação tão temerária?” E eu confesso que aceitei o desafio de assumir a FASC no entendimento de que nós deveríamos contribuir. E certamente hoje eu já posso dar um testemunho – porque não assumi no início de janeiro, nós entramos depois de um tempo –, pois do jeito que está não pode continuar. E agradeço muito ao meu Prefeito que entendeu que a Fundação deveria ser administrada – respeitando todos os entes políticos que estão aqui nesta Casa – por um técnico, por alguém apaixonado pela área da Assistência e que não tivesse vinculação política. E digo que o Presidente da Fundação tem administrado, ao longo dessas poucas semanas, de uma forma muito justa, muito transparente e muito próxima da nossa comunidade. Confesso para as senhoras e para os senhores que não me cabe julgar o Governo anterior, não me cabe julgar, mas confesso que nós encontramos uma casa com um pouco de desconexão, uma casa em que nós tivemos muita dificuldade de entender os fluxos. Para quem navega na área da gestão, para quem já esteve à frente de instituições de médio e grande porte, confesso a vocês que, nessas primeiras semanas, nos assustamos um pouco. Quando eu olho para os nossos servidores, confesso a vocês que enxergamos pessoas muito apaixonadas, pessoas que estão cansadas, com uma saúde mental certamente comprometida. Neste momento, nós queremos ter uma linha de cuidado com esses servidores. Como na casa: se eu não cuidar bem dos meus servidores, certamente eles vão ter dificuldades cuidando dessa grande população que nos é confiada. Cheguei à conclusão, também, Matheus, de que – acredito que falo como alguém que milita há muitos anos na Cidade na área da assistência – a nossa Cidade, Secretária Fátima, não conhece o que é a FASC. Não conhece. A capilaridade, a rede, são mais de 422 convênios, que mensalmente a FASC repassa para a nossa sociedade não governamental, Secretária

Denise. Mais de 80 contratos que nós repassamos, mensalmente. Eu sei que os senhores e as senhoras estão assustados, principalmente pelas notícias das duas últimas semanas em relação, aos nossos CRAS. Por sinal, acho que esse é um dos motivos de sermos chamados aqui. Como é que está a situação do CRAS? Dos nossos CREAS? Como está a nossa rede? Senhoras e senhores, eu tenho como base a justiça, a retidão, mas, encontrando alguns convênios, alguns contratos que tinham fragilidades, temos entendido que não podemos dar subsistência a esses contratos com fragilidades. Cabe a mim, como gestor, sim, com esses contratos temerosos ou frágeis, não fazer os devidos repasses. Eu estou consciente de que, neste momento, eu estou assumindo a responsabilidade de colocar a nossa instituição num período de quarentena. Quando nós estamos doentes – e falo como quem já trabalhou muito tempo na Direção de um grande hospital da Cidade, o São Lucas –, temos que fazer a cura; e, por vezes, não se cura sem dor. Então, eu gostaria que tanto as senhoras quanto os senhores tivessem essa maturidade, que a nossa Cidade tivesse essa maturidade, porque, se, nesse momento, nós estamos tensionando um pouco é em vista de um bem maior. Em um curto espaço de tempo, nós vamos ter, sim, um processo extremamente seguro da nossa Fundação de Assistência Social e Cidadania. Eu agradeço muito a compreensão de vocês. Coloco-me à disposição e peço muito o apoio de vocês para esse momento muito difícil que nós estamos passando, mas nós precisamos, sim, civilizar a nossa Cidade e não darmos apoio a iniciativas que por vezes são orquestradas e tensionam mais o momento e não são atitudes realmente maduras de pessoas que deveriam pensar no bem comum. E isso é uma das dificuldades maiores que a gente tem encontrado dentro da Fundação. Muito obrigado por este espaço. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Solimar. O Ver. Aldacir José Oliboni está com a palavra.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o nosso Presidente da Casa, Ver. Cassio Trogildo; e as nossas convidadas do dia de hoje, Dra. Maria de Fátima Záchia Paludo, Secretária Municipal do Desenvolvimento Social; Sra. Denise Ries Russo, Secretária Adjunta Municipal de Direito Social; e o nosso amigo Solimar Amaro, Presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania, FASC; sejam bem-vindos. E quero agradecer também, de imediato, saudando os nobres colegas Vereadores, Vereadoras e o público que nos acompanha, o nosso colega, Ver. Cláudio Janta, Líder do Governo, que na ocasião foi sensível para nós aprovarmos a questão do convite e não da convocação. Acho interessante essa vinda dos Secretários, na medida em que nós possamos tirar as dúvidas sobre questões importantes da Cidade, Ver.^a Mônica. Eu, como tantos outros Vereadores, fui surpreendido, cidadãos e cidadãs, há uns dez dias, quando um jornalista da Rádio Gaúcha perguntava ao Prefeito Municipal de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior, por que as políticas do CRAS e do CREAS estavam tendo dificuldades de implementação. Ele confundiu com os CARs, Centros

Administrativos Regionais, que são as subprefeituras da nossa Cidade. Sabendo do caso, que foi muito bem lincado pelo jornalista Cristiano, do jornal Zero Hora, numa matéria que dizia o que estava acontecendo na nossa Cidade, decidimos ouvir às Secretarias, Ver. Cecchim, sobre o que de fato estava acontecendo. Naquela reportagem estava muito claro: os telefones não funcionavam. Em vinte, dos vinte e dois CRAS, os telefones não funcionavam. Os agendamentos para o Bolsa Família não estavam acontecendo. O salário dos servidores, na grande maioria contratados por empresas terceirizadas, não estavam sendo pagos. Inclusive, ontem, saiu um vídeo, indagando o Secretário Solimar, com vários servidores pedindo pelo amor de Deus, pois precisavam receber os salários, porque tinham de sustentar suas famílias. Esse vídeo eu tenho em mãos, foi mandado pelo WhatsApp, e não convém publicizar, mas a todos aqueles que queiram ver, eu posso mostrar. O Irmão Solimar é testemunha disso, pois ele que foi indagado. Então, é muito oportuno, na medida em que a própria Secretária de Desenvolvimento Econômico citou a Lei nº 810, aprovada por esta Casa, que fala das atribuições dos Secretários. Nessa Lei, ora desmembrada, não é papel da Secretaria, mas, sim, da FASC. Depois, no final da minha fala, farei algumas perguntas importantes nesse sentido, que é o que o nobre Secretário Solimar acaba de falar aqui. Então, diante dessas dificuldades que a FASC tem em manter alguns programas, eu gostaria de fazer algumas perguntas, até porque o meu tempo é curto, aos nobres Secretários. Primeira, quem está realizando o planejamento das políticas de assistência social em Porto Alegre? Seria a Comunitas? Qual o papel desempenhado pela equipe de consultoria Falconi? Segunda, foram 6 mil pessoas que perderam o Bolsa Família em Porto Alegre. Qual os motivos? Essas pessoas conseguiram sair, depois de incluídas socialmente e depois de conquistarem um emprego, mesmo numa situação de crise? Por que não houve novos contratos do Bolsa Família? Porque reduziu o número de pessoas em situação de vulnerabilidade social? Pergunta três: é verdade que há atrasos no pagamento de servidores terceirizados? Quando esses pagamentos serão regularizados? Pergunta quatro: quando serão regularizados os atendimentos às crianças no turno inverso à escola? E os vales ou cestas básicas emergenciais, a partir de quando serão emitidos? Ou esse programa será cancelado? Pergunta cinco: qual o risco de interrupção de pagamentos dos convênios com as entidades comunitárias que prestam serviço de assistência social? Pergunta seis: há um significativo aumento no número de moradores em situação de rua em nossa Cidade. Quais as ações previstas para assistência e inclusão social dessas pessoas que já ultrapassam mais de 2 mil? Pergunta sete: quando serão reformados e quando e como será resolvida a situação estrutural e de superlotação dos 68 abrigos, noticiada, inclusive, hoje mesmo? Pergunta oito e última: considerando a atual legislação, a FASC está vinculada a qual Secretaria? De quem é a responsabilidade sobre a política de assistência social de Porto Alegre, da FASC ou da Secretaria de Desenvolvimento Econômico? A senhora, como Secretária, pode nos responder, ou o próprio Solimar, Secretário da FASC poderá dar esses esclarecimentos.

Fico muito feliz e agradecido pela FASC ter vindo aqui, porque sei que todos nós temos um único objetivo que é fazer com que essas políticas sociais

funcionem em nossa Cidade, porque as famílias em situação de vulnerabilidade não são poucas, são muitas.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

O SR. ADELI SELL: Meu caro Presidente, caríssima Secretária Maria de Fátima, Denise, Solimar, Colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, é um tema, como a Senhora pode verificar, Secretária, candente, como foi efusivo também o seu pronunciamento. Nós esperamos que essa garra, essa determinação continue a cada dia daqui para frente. Quero também agradecer as conversas que nós temos tido com V. Sa. lá na Secretaria, e nós somos daqueles vereadores que circulam pela Cidade, levantamos as demandas e acreditamos, Solimar – já nos conhecemos há um bocado de tempo –, que é preciso apontar os caminhos e buscar soluções. Nós sabemos da difícil situação que vive Porto Alegre hoje. Ao Secretário Leonardo, dias atrás aqui, eu coloquei algumas questões sobre a questão da arrecadação. Não há milagre, mas nós podemos melhorar, significativamente, essa questão. Se a questão for verificar os convênios, não há dúvida, – eu sou daqueles que acham que convênio tem que ser verificado permanentemente, não apenas numa troca de governo. Porque quem de nós, como gestor público, não teve licitação e que, depois, nos enganaram nas barbas? Eu vivi isso já, eu vivenciei essa questão. Nós temos que ter muito cuidado com a questão dos conveniamentos, porque há muitas instituições excelentes, exemplares, dedicadas ao bem público, à dignidade da pessoa humana; mas, outros fazem muita enrolação. Quando fui Secretário, nós tínhamos cursos de aperfeiçoamento, curso de qualificação para o mundo o trabalho, mas estavam longe daquilo que eu acredito que seja um curso efetivo. Como a Secretária colocou aqui, eu gostaria de ver, em junho, daqui a três meses, um novo balanço sobre a questão dos albergados, quais os cursos realizados? E V. Exa. não pode fazer os cursos sozinha, tem que fazer com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico – ou como ontem nós discutimos aqui com a Fecomércio, vou lhe mandar, inclusive, o discurso para que a Senhora possa cobrar da Fecomércio, Sesc, Senac, o que nos foi colocado ontem aqui sobre a qualificação das pessoas que hoje não estão no mundo do trabalho, estão, inclusive, no comércio informal e, às vezes, praticando ilicitudes. Então, nós temos que fazer valer, efetivamente, a prática do nosso discurso. E nós estamos juntos nesta questão. Hoje nós não abordaremos as questões de habitação, mas, num outro momento, a senhora deveria vir aqui com o Nelson Marchezan discutir, inclusive, levamos dias atrás para o DEMHAB, algumas soluções exequíveis e queremos ajudar na descentralização do albergamento. Não é possível que isso tudo gire em torno do Centro. Já levantamos questões, estamos dedicados a achar um espaço na Zona Sul, na Zona Leste, na Zona Norte, custe o que custar, para uma descentralização. Lugares, inclusive, que a gente possa fazer os cursos de formação, que a gente possa fazer com que essas pessoas voltem a ter uma moradia, voltem a ter

dignidade. Juntando a questão da assistência social com os aluguéis sociais, se nós tivéssemos aceleração na questão da construção em Porto Alegre, nós poderíamos ter outros albergues. Nós estamos gastando, gastando, gastando dinheiro com aluguéis sociais: isso é uma incongruência que nós vamos ter que superar. De mim, como Vereador do Partido dos Trabalhadores, Vereador do bloco de oposição, eu tenho a lhes dizer: nós estamos longe de fazer uma disputa grenalizada, nós estamos determinados a apontar caminhos, porque se não é pela nossa inteligência ou capacidade, é pelos tempos, tempos e tempos de conhecimento de Porto Alegre, inclusive, no quinto mandato dentro desta Casa. Portanto, se, de um lado, eu sou daqueles que talvez mais cobram, mais apontam questões, eu também quero ser demandado como um agente social da cidade de Porto Alegre, como militante social, alguém que começa a entender, cada vez mais, que o que conta são os direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana. Nesse processo, nem um lado do balcão, nem o outro, mas os dois juntos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. José Freitas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOSÉ FREITAS: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu fui, por anos, Conselheiro Tutelar de Porto Alegre, da região central, e eu conheço muito bem o trabalho da FASC, dos abrigos, a problemática que nós temos no Município em relação à população de rua e, na verdade, esses problemas são uma sangria desatada – como diz o ditado. A problemática é muito grande, e nós sabemos que tudo para nos recursos, tudo. Presidente Solimar e Secretária Fátima, na verdade, quero desejar sorte para vocês. Eu estou apostando neste Governo; eu não faço parte da base do Governo, mas eu estou apostando, por quê? Porque eu tenho visto o esforço que o Governo tem feito para arrumar a Casa e, essa arrumação, essas mudanças, essas modificações, eu estou na maior torcida que venham a dar certo e para que venhamos a resolver, se não tudo, pelo menos boa parte dos problemas e, entre eles, os da população de rua, da questão dos abrigos e das abrigagens também. Então, vocês têm muitos problemas, muitos desafios pela frente, eu desejo sorte para vocês e, no que depender de nós, estamos juntos nessa briga. Um abraço e sucesso para vocês.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiro meus cumprimentos à Secretária Fátima, que nos visita hoje – assim como à Secretária Adjunta e ao Presidente da FASC –, é um orgulho recebê-la

aqui pelo seu histórico de atuação em defesa dos mais humildes, das pessoas com vulnerabilidade social e pela amizade que temos ao longo da história. Quero aqui elencar alguns pontos que julgo importantes, veio em boa hora o seu comparecimento nesta Casa para que nós possamos exercer aqui um papel de colaboração. Muito embora nós tenhamos blocos do Governo, blocos de oposição, temos também os blocos de independentes, em que o PMDB, que é o meu partido, se insere. A independência pressupõe que todos nós queremos uma cidade melhor, principalmente naquilo que se refere à dignidade da pessoa humana, que é um princípio diretamente relacionado às áreas abrigadas pela sua Secretaria.

Abordo aqui, primeiramente, o tema da assistência social, com três situações pontuais sobre as quais tenho me repetido, nesta tribuna, em outras ações do meu mandato, para que possam ser solucionadas. A primeira delas diz respeito ao Viaduto Otávio Rocha, que foi o motivo da visita que lhe fiz ainda no mês de janeiro com representantes do movimento, moradores e comerciantes. É bem verdade que ali há um número expressivo de moradores de rua, mas é preciso que a Assistência e a Guarda Municipal, com o apoio dos órgãos de segurança do Estado, identifiquem aqueles que, efetivamente, estão em condição de abandono e vulnerabilidade social e aqueles que se travestem de morador de rua para praticar delitos. É isso o que tem que ser identificado; aí, sim, começar um processo de organização, revitalização e humanização do Viaduto Otávio Rocha, o que, mais do que necessário, é urgente, é um cartão postal da nossa Cidade.

Outro ponto é a Praça da Matriz – os colegas Vereadores Cecchim, Mendes e Nádia sabem disso –, que está no eixo. Acabam se misturando ali quem está abandonado e morando na rua por falta de opção e os bandidos. Há outras duas situações muito sérias – é bom que o Presidente da FASC, o Solimar, esteja aqui para nos ouvir. Nos últimos 15 dias, o Parque da Harmonia tem sido o maior dormitório público da cidade de Porto Alegre de forma irregular. Eu não estou aqui atribuindo isso à Prefeitura, mas é preciso que a assistência cumpra o seu papel, bem como a Guarda, bem como a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade, que tem responsabilidade sobre aquele local. Nós aumentamos em três vezes o número de moradores ocupantes irregulares do Parque da Harmonia. No entorno do Estádio Olímpico já aconteceram algumas ações da Prefeitura, notificando o Grêmio, por exemplo, e tomando algumas providências; também na Praça Cid Pinheiro Cabral, na rótula do Papa, nos canteiros da Av. Érico Veríssimo. Então trago quatro temas da região central, sem entrar nas demandas da assistência da periferia, que são ainda maiores, para que sejam olhadas com atenção.

Na área do esporte, da recreação e do lazer, sei que, nesta semana, o Ver. Mendes, o Ver. Bosco, com a Liderança do Governo, Ver. Cláudio Janta, e outros colegas, estiveram reunidos com o Prefeito apresentando a importância da preservação das políticas públicas anteriormente desempenhadas pela SME, todas elas no guarda-chuva da Secretaria do Desenvolvimento Social. Qual a importância dessas políticas e por que elas devem ter lugar de destaque na segunda etapa da Reforma Administrativa que virá aqui para a Câmara em maio? Elas incluem as crianças, os adolescentes, os

idosos e contribuem para a prevenção de dois problemas crônicos da nossa sociedade: a insegurança pública e a saúde pública. Principalmente para os idosos, para garantir que em alguns dias eles estarão não nas praças fazendo recreação pública, mas buscando atendimento nas unidades que prestam atendimento pelo SUS. Então, é fundamental a importância e a preservação dessas políticas.

Ontem nós discutimos aqui um tema muito relevante: os ambulantes ilegais no Centro. Tivemos a presença da Fecomércio, do Sindilojas e outros representantes. Foi discutido não apenas a necessidade de tirá-los das ruas, mas de colocarmos uma regra de transição, porque eles têm que ser incluídos, a sua mão de obra qualificada, e serem orientados quanto às suas vocações. Então as políticas de inclusão, a partir da geração de emprego e oportunidades, são fundamentais. O acesso ao mercado formal de trabalho também é uma premissa do desenvolvimento social.

No campo da acessibilidade, Secretária, nós temos uma solicitação de pauta na Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Casa, da qual sou Presidente este ano, para que possamos avaliar como estão sendo cumpridos os benefícios previstos para a acessibilidade, benefícios esses regulados por lei federal, e como se dará a continuidade das políticas anteriormente aplicadas. Tenho absoluta certeza de que isso se insere no campo da saúde pública e vamos contar com a sua presença ou com a de quem vier representá-la.

O desenvolvimento social de uma cidade passa por esse espectro muito grande, isso que não falamos em habitação, que também integra esse rol de competências. Mas tenho certeza que vamos avançar muito, sem abrir mão das conquistas já alcançadas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para Comunicação de Líder.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero, primeiramente, elogiar a gestão dessa nova Secretaria de Desenvolvimento Social que veio dentro de um projeto de ordenamento da estrutura de governo, num conceito inovador. O Prefeito Marchezan, com muita coragem, propôs algo revolucionário para Porto Alegre, que é enxugar a máquina pública, mas qualificando-a e fazendo com que a dinâmica, com qualidade, apresente um serviço muito melhor em menos tempo para a população de Porto Alegre. Esse é o conceito. Isso, num primeiro momento, assusta, mas aos poucos, os vereadores, a sociedade, os funcionários públicos vão se apropriando do que é exatamente a proposta, e vão aderindo, porque essa proposta visa o bem maior, que é uma cidade que cuide melhor das pessoas, uma cidade que busque aquilo que nós sempre sonhamos e sempre buscamos: o desenvolvimento com justiça social.

Vou dar o meu testemunho, como Secretário Municipal de Direitos Humanos, por quatro anos, e como coordenador político do Governo Fortunati, por sete

anos, eu tenho convivido diariamente com essas mudanças, principalmente, no que se refere aos direitos humanos. E como nós defendemos aqui a reestruturação do Governo, em que a Secretaria de Direitos Humanos passou a ser a Diretoria de Direitos Humanos, associada à Secretaria de Desenvolvimento Social, na defesa do reordenamento da proposta do Prefeito Marchezan, eu subi na tribuna e deixei bem claro que nenhuma ação seria perdida. E eu posso dizer que, nesses 100 dias, a Diretora Patrícia e sua equipe, com respaldo da Secretária Paludo e do Prefeito Marchezan, nós não tivemos nenhuma perda e tivemos grandes avanços. Inclusive recebi a notícia, hoje pela manhã, de que o Governo do Estado vai ceder um espaço no Centro Vida, conforme combinado, mas a luta e a sequência da construção com o Governo do Estado, continuam na mesma sequência. Quero agradecer ao Governador Sartori, por ceder um espaço, que já tinha sido combinado, mas de palavra e agora formalmente para nós termos o CRAI lá no Centro Vida – Centro de Referência e Acolhida aos Imigrantes e Refugiados. Isso foi uma conquista nossa e do povo, que defende os Direitos Humanos, que defendem os imigrantes com sequência no Governo Marchezan. O Restaurante Popular, que foi aplaudido inclusive pela ONU como uma política de segurança alimentar como uma referência mundial, teve sequência no Governo Marchezan. Então, aquele temor de que as coisas iriam parar ou acabar, aos pouquinhos, está sendo visto e vivenciado por todos de que não vai ser assim que acontecerá. Vencer a burocracia, vencer o corporativismo e de muita fiscalização é o que precisamos para que este Governo cada vez tenha mais e mais vitórias.

Quero dizer ao Solimar, a quem conheço há muito tempo, que a FASC não poderia estar em mãos melhores. O Solimar é uma pessoa com experiência, conheço-o desde o tempo dos Irmãos Maristas, com os quais tenho uma identificação muito grande. Tenho uma honra de ter estudado no Colégio do Rosário, do pré ao terceiro ano do ensino médio; depois na PUC, como Presidente do Centro Acadêmico de Direito, sendo também Presidente do Diretório Central dos Estudantes da PUC. Tenho uma relação umbilical com os Irmãos Maristas e agradeço a eles pela formação que tive; pela minha formação espiritual, por uma conduta ética e moral que jamais deve ser colocada em dúvida em qualquer momento da vida. Em 40 dias, pedidos pelo Solimar, tenho certeza de que quando tu retornares, em 40 dias, se forem necessários, terás o tempo suficiente para poder colocar com mais segurança os serviços e as obras realizadas na tua gestão na FASC. Eu vi o Oliboni fazendo dez perguntas, são três meses, fica difícil de o Secretário responder em três meses dez perguntas. Acho que o Oliboni foi um pouco severo com os nossos amigos que vieram aqui prestar contas, são tão qualificados, pessoas que realmente tenho certeza que vão desempenhar de forma muito bem-sucedida a sua gestão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, prezados cidadãos que estão em casa nos acompanhando pela TVCâmara. Eu já fiz esse reconhecimento público, não obstante a minha posição de independência neste Parlamento, dos grandes acertos do Prefeito Marchezan em algumas nomeações que fez para o primeiro escalão da Prefeitura. Quero aqui registrar a Dra. Maria de Fátima Záchia Paludo, Dra. Denise Ries Russo e, principalmente o meu amigo, o professor e grande cidadão de Porto Alegre Solimar Amaro. O que ouvimos aqui nos dá segurança de que a Ação Social em Porto Alegre não só está em boas mãos, mas em mãos que têm *expertise*. Conheço o Presidente da FASC há alguns anos, professor Solimar Amaro, que muitos anos cuidou do Centro de Pastoral da PUC, depois da Kinder, foi Diretor do Hospital São Lucas. Ver. Oliboni, o professor Solimar Amaro é reconhecido pela sua solidariedade, pelo seu coração maior do que o seu corpo, pela sua generosidade, pela forma como ele trata o ser humano, pelo amor cristão que exala até no olhar dele. Quando eu vi o Solimar Amaro nomeado para a FASC, fiquei entusiasmado porque sabia que a FASC agora estava em boas mãos. Isso não nos tira, Sr. Presidente, a nossa preocupação com o que já aconteceu na FASC. Eu acho que esta Casa tem que estar atenta ao que aconteceu na FASC na gestão anterior, que não tem nada a ver com a gestão atual, não tem nada a ver com a presidência atual, e eu me disponho a dar a minha contribuição a Porto Alegre e, se necessário for, aprofundar o nosso olhar para a FASC, sobre o que aconteceu, e dar o apoio desta Casa à nossa Secretária de Assistência Social e Cidadania, ao nosso Presidente da FASC. Eu quero dizer, em nome da Bancada do PROS, Dr. Solimar Amaro, Secretária Maria de Fátima Paludo, do nosso orgulho, como cidadãos de Porto Alegre, de ter vocês à frente da assistência social da Cidade. Vocês estão ouvindo isso de uma bancada independente. Não foi só esse o acerto do Prefeito Marchezan. Existem alguns outros, por exemplo, o nosso Procurador-Geral do Município é um homem qualificadíssimo, preparadíssimo, um homem que vem do mundo jurídico para dar a sua contribuição à Cidade; eu venho dizer do nosso orgulho. Eu não posso falar em nome de todos os Vereadores, mas posso falar em nome do meu Partido e em nome dos meus eleitores: contem conosco. Porto Alegre tem uma grande desigualdade social, eu não acredito num Estado paternalista, eu acredito num princípio de subsidiariedade, que diz que o Estado tem que estar só onde ele é necessário. As ruas de Porto Alegre precisam do Poder Público, e ele está muito bem representado, está em boas mãos. Para mim, é uma grande alegria, uma grande honra. Contem com o nosso partido e com a nossa bancada. Muito obrigado pela presença aqui na Câmara.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

O SR. IDENIR CECCHIM: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Todos que me antecederam fizeram elogios a vocês, o Ver. Oliboni não fez

elogios, fez perguntas, mas nós encaramos como elogios também, porque está preocupado com o assunto – não é, Oliboni? Só para ajudar, a Secretária Maria de Fátima é secretária inclusive da FASC; não são duas secretarias separadas, é a mesma Secretaria comandada pela Secretária Maria de Fátima Záchia Paludo.

Todos já disseram do acerto que o Prefeito Marchezan fez em colocar essas pessoas nessas funções, as pessoas certas no lugar certo. O Solimar disse que tinha muito orgulho de ter passado na Kinder, e pode ter certeza de que isso é um grande orgulho para todos que passam, para os anônimos que ajudam a Kinder. Eu me lembro, quando eu estava Secretário da SMIC, que a Dra. Bárbara estava apavorada porque precisava de um alvará; felizmente, nós tínhamos criado o alvará provisório e ela conseguiu continuar com os convênios que ela tinha. Então, cumprimentos por essas passagens todas, mas principalmente pela Kinder, onde sabemos que se trabalha muito com a razão e muito com o coração também.

Secretária, se alguém pensava que passar pela FASC, cuidar do DEMHAB, de todas essas instituições que a senhora cuida, só pelo fato que os que a antecederam fazem parte do Governo Marchezan e faziam parte do Governo passado seria uma tarefa mais fácil, não, cada um tem o seu jeito de imprimir a sua direção. E pode ter certeza, Solimar, quando você falou com muita educação dos convênios ou dos contratos, que eu digo temerários – V. Exa. é muito educado, foi mais leve –, tem que rever, porque não é possível que um orçamento de R\$ 200 milhões suma sem se ver nada de bom, nada de evolução durante o Governo de que eu participei. Não é possível! Duzentos milhões são muito dinheiro para o que nós vimos da FASC nos últimos anos. Tenho certeza de que esse dinheiro vai ser redirecionado ou direcionado para coisas que apareçam para a Cidade. Os cidadãos de Porto Alegre querem saber aonde foi o dinheiro! E eu tenho certeza de que vai aparecer. Com os relatórios mostrando as pessoas que estão no chão... Secretária, cumprimentos, a senhora teve uma visão humana. Foi Defensora Pública das pessoas pobres que não têm voz muitas vezes, mas esta sua visão, certamente junto com o Solimar, de não acordar as pessoas às 5h30min, o que era um absurdo, uma burrice. Eu não sei o que fazem todos aqueles técnicos que estão lá, ganhando fortunas, que não viam uma coisa dessas. Precisou chegar uma Secretária de fora para ver isso. Onde é que se viu uma coisa dessas? Cumprimento-a só por essa atitude. O que faziam depois que jogavam essas pessoas para fora no frio, na chuva, ao relento? O que os técnicos faziam durante o dia? Estudavam, mas estudavam o quê? Analisavam o quê? Pesquisavam o quê durante todo esse tempo? Meus cumprimentos por essa atitude humana, que até ajuda as pessoas não terem medo, porque muita gente que é convidada para ir para a FASC não vai por causa disso. Tenho certeza de que só com uma atitude dessas, mais gente sairá da rua e irá para a FASC. E se ficarem mais tempo lá, aprendendo, convivendo e ouvindo coisas boas, vão pensar duas vezes em ficar na rua ou quem sabe até voltar para suas residências. Muita sorte, continuem com essa coragem que vocês têm. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Conheço o Solimar do tempo da Pastoral da PUC, que me recebeu muito bem na FASC, quando lá fomos, preocupados com o crescente número de moradores de rua. Todos sabem o trabalho que me trouxe até esta Casa, que foi a Malucos do Bem, que trabalha com questões de drogas, gravidez precoce, DST/AIDS. Fui muito bem recebido lá, notei tua preocupação, Solimar, com a tarefa. Fiquei feliz, Secretária, quando o Prefeito Marchezan comunicou que o Solimar seria o escolhido, fiquei muito feliz mesmo, mas eu, infelizmente vou fazer uso da palavra para falar algo que, apesar de ser meu primeiro mandato, eu conheço há muito tempo, mas tenho me deparado diariamente nos lugares que tenho ido. O Ver. Adeli Sell, que nós escutamos com muita atenção, usou uma frase aqui: “Nós estamos longe de fazer uma oposição de um jeito grenalizado.” A gente sabe que isso é sincero da parte do Adeli, mas muitos colegas não fazem isso. Ontem, eu acompanhei a ida do Diretor Celso e das pessoas que estão no guarda-chuva de sua pasta, na Praça Darcy Azambuja. E eu falei dessa praça aqui, porque tem uma ligação ao bairro Intercap. E o Prefeito foi lá com um único objetivo: desfazer mentiras, desfazer boatos, que, infelizmente, nascem ainda de uma rusga antiga das pessoas que não fazem com a preocupação que o Solimar disse aqui, pensam em disputa política, partidária, ideológica, e acabam mentindo, de uma forma cruel, para a população. Transformar a Secretaria de Esporte, que é justo que se faça uma defesa, como faz a Secretaria da Defesa Animal, outras secretarias, de Direitos Humanos... Quem dera que pudéssemos ter uma secretaria para cada assunto importante da gestão pública, mas transformar uma secretaria em uma diretoria de esportes não significa acabar com o serviço público, não significa acabar com a aula daquelas senhoras lá da Darcy Azambuja, e foi isso que o Prefeito foi fazer lá. Eu fico muito P da vida, como se diz, porque pessoas que poderiam construir, sendo oposição, tendo situações independentes, às vezes contribuem para isso. Não digo que pessoalmente, mas contribuem para isso. Vão lá na ponta, fizeram isso nessa praça, reuniram as senhoras, os senhores, e disseram: “O Governo Marchezan, se terminar com o *status* de secretaria vocês não vão ter mais aula de ginástica”. Aquela senhora, aquele senhor, com quem todos nós estamos preocupados, Tarciso, Cassiá, foi bem dito aqui pelo Carús... Um grupo de Vereadores independentes foi, junto com o Líder do Governo, comigo, que estou hoje na vice-liderança, falar com o Prefeito Marchezan sobre a preocupação com o esporte e ouvir a sua proposta. Ele foi eleito e ele tem uma proposta de o esporte continuar prestando serviço público, mas com uma nova forma: sem o cargo de secretário, de motorista, CC para fotógrafo, CC para jurídico. Essa é a proposta do Prefeito.

O Ver. José Freitas disse uma coisa importante: “Eu estou acreditando neste Governo”. Na minha primeira manifestação nesta Casa, eu disse que não sou base do Governo; eu sou o Governo, por ser do Partido do Prefeito Marchezan. Mas eu defendo o Governo, Vereador, porque também acredito nas propostas e no objetivo benéfico

desta Administração, representada por aquela Mesa, no dia de hoje. O Ver. André Carús falou com muita propriedade do Viaduto Otávio Rocha, da Praça da Matriz, do Parque Harmonia. Nós temos uma proposta aprovada com a ajuda de todos os colegas da Frente Parlamentar em Defesa do Centro Histórico, eu tenho acompanhado de perto e vou lhe dizer que esta Administração vai resolver esses problemas. O Ver. João Bosco Vaz, às vezes, pega no meu pé e brinca que eu estou aqui aprendendo. Ver. Idenir Cecchim, seu pronunciamento, julgando a Administração da qual o senhor fez parte, me deixa muito feliz, porque prezo muito por valores morais, desprendimento e coerência, coisa que algumas pessoas e alguns partidos esquecem que já administraram esta Cidade e que precisam fazer uma *mea culpa* do que não foi feito. Parabéns, Secretária, pelo anúncio da parceria no Parcão, o que vai viabilizar a manutenção.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Já estive conversando com a Secretária, levando o nosso mapa produzido pela Comissão de Direitos Humanos, logo após a sua posse, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, assim como o nosso projeto que trata das Áreas Especiais de Interesse Social, que não é nosso, foi uma construção a partir de um GT, já temos nova reunião marcada com a Secretária na terça-feira que vem, junto com o Conselho Regional da Moradia Popular. E eu me inscrevo, porque acho que alguns temas precisam ser abordados nesta tribuna. Quero dizer ao Ver. Moisés que o *status* de oposição, para nós, é uma coisa muito séria. E nós, inclusive, tentamos, Moisés, ontem, numa reunião com o Governo, resolver um conflito grave que existe na rede municipal, a partir de uma decisão autoritária e intransigente no que diz respeito à educação. E não sentimos nenhum canal no Governo no sentido de avançar numa negociação permanente. Ao contrário, a manutenção de uma mesma política de manter as coisas como estão, indo até as escolas e fazendo essa política que ataca a gestão democrática e os pareceres dos conselhos municipais de educação.

E eu faço esse registro, porque nós aqui temos o tema da assistência social como bastante importante, porque é preciso entender o Governo de conjunto. A assistência social já estava mal no governo passado. Nós acompanhamos, fizemos relatório, visitamos abrigos, fomos na rede de assistência para as crianças que estão sob tutela do Estado, vimos três crianças dividindo o mesmo colchão nos abrigos daqueles que deveriam ser protegidos pelo Estado, vimos crianças fora da escola. Concordo muito quando a Secretária fala que, desde 1995, não existe a construção de um novo abrigo ou albergue para as pessoas em situação de rua. São 600 vagas em uma Cidade que tem, no mínimo, 4 mil pessoas em situação de rua e não tem políticas transversais para garantir a geração de emprego, renda, etc. E tudo isso nós fizemos aqui no governo passado. Agora, quando o Ver. Luciano Marcantônio vem aqui e diz que o Governo tem

só três meses, não é de todo verdade, o Vereador, por exemplo, estava no governo passado, o PP, que comanda a FASC, é um dos principais partidos do Governo Marchezan, que comandava a FASC nas gestões passadas e que tem, evidentemente, responsabilidade com essa precarização, com os 400 contratos de terceirização que foram construídos, ao longo dos anos, na rede de assistência, sem controle, como foi o caso da Multiágil. E não somos nós, do PSOL, dizendo, foi o Ministério Público que mostrou que eles não controlavam os serviços prestados pela Multiágil, que foi dinheiro público pelos ralos da corrupção, que alugavam um dos abrigos para as crianças e adolescentes lá no bairro Glória com um valor superfaturado! Um abrigo que deveria proteger crianças e adolescentes vítimas das famílias, que deveriam estar sob tutela do Estado! Uma investigação envolvendo um quadro do PP, que passou pelo DEP, que também viveu o mesmo esquema de corrupção que nós, na Câmara, lutamos por uma CPI para ajudar as investigações da Polícia Civil e do Ministério Público e que, infelizmente, não tem o apoio do Governo. Governo este que fala em transparência na imprensa, mas na hora de construir os instrumentos que possam dar transparência e que o povo possa lutar para devolver esses recursos para os cofres públicos, não assina a CPI, ou mesmo os contratos temerários. Eu ouvi o Presidente Solimar. Nós estamos numa crise, Presidente. As pessoas estão sem receber. Nós sabemos que têm, sim, esses contratos que merecem investigação na FASC. E muito mais do que isso, merece prisão quem esteve junto com quadrilhas roubando dinheiro público. Mas os trabalhadores prestaram serviços. O senhor falou em contratos temerários, por isso as pessoas não receberam salários. Quem estava ali eram os peões das terceirizadas que prestam o serviço e não só merecem como precisam do salário para pagar o aluguel. Então, se tem contratos temerários, eu gostaria que o Presidente explicasse, trouxesse para nós essas auditorias, dissesse quem são os agentes públicos e falasse quantos milhões de reais foram roubados. Por que essas empresas então não receberam os recursos? Quais são as medidas da Prefeitura para reaver os recursos públicos que foram pelos ralos da corrupção? Nós temos uma decisão de Governo e eu tenho o maior respeito pela... enfim... Estamos aqui discutindo as políticas concretas. O Prefeito não sabia o que eram os CRAS, os Centros de Referência à Assistência Social, porque faltava internet e telefone para atender as pessoas em vulnerabilidade social. Semana passada... Ficaram um mês! Nós já temos – e é uma coisa histórica, por isso faço o registro e falei da Administração passada – a falta dos serviços de assistência justamente nas áreas que mais têm vulnerabilidade social, menor expectativa de vida ao nascer, maior mortalidade infantil, menores índices de renda. Está aqui no mapa. Então, os CRAS e os CREAS precisam de toda a estruturação para desenvolver o conjunto de políticas públicas. Nós temos a Lei de Reordenamento da FASC, que foi votada por esta Câmara a partir de uma mobilização que não foi implementada pelo Governo passado e nós queremos que seja implementada. Terça-feira tem audiência pública aqui nesta Câmara. O que eu não me conformo é ouvir algumas intervenções como se em Porto Alegre estivesse tudo lindo. Nós estamos numa crise de desemprego, nós temos um problema concreto, de fato, para garantir essas políticas transversais. É preciso avançar nos abrigos e no acolhimento familiar, no qual eu também prestei atenção, acho que é

importante o projeto de Cascavel. Já havia projetos assim, neste sentido, de minha autoria aqui na Câmara, com a ajuda do Marcos Rolim e do Ver. Alex, que era meu colega à época, porque eu acho que é uma medida transitória que pode garantir direitos para crianças e adolescentes. Feito esse registro, então, eu deixo essas perguntas com relação aos contratos e aos valores. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra.

O SR. REGINALDO PUJOL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu, atentamente, ouvi os vários pronunciamentos e verifiquei que hoje estamos vivendo um momento especial aqui na Casa, porque nós começamos a nos aperceber, nos dias de hoje, os reflexos da decisão tomada pela Casa do dia 2 de janeiro do corrente ano, quando se remontou a estrutura administrativa do Município.

Hoje, nós recebemos aqui, se não a mais importante, uma das mais importantes Secretarias resultantes da redistribuição e do trabalho de enxugamento feito, proposto e aprovado na Casa por ampla maioria, pelo Prefeito Nelson Marchezan Júnior.

Em verdade, os vários questionamentos que aqui surgiram, ao longo das manifestações que já ocorreram, de certa maneira já se encontram respondidos pela ilustre Sra. Secretária Municipal e pelo Presidente da FASC nos seus pronunciamentos. É preciso que se entenda que se vive um novo momento da administração. O enxugamento da máquina administrativa de 40 Secretarias e diretorias para 25 ou 24 certamente gera algumas situações novas que, em princípio, as pessoas podem não compreender adequadamente. Surgem aí, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, algumas incompreensões que precisam ser, evidentemente, esclarecidas. É que entidades como a FASC, como o DEMHAB, não são extintos, são preservados; só que a sua ação passa a ser coordenada por uma Secretaria em uma reestruturação da administração municipal. Então observo que muitas vezes a gente está preocupada com o invólucro, Ver. Tarciso, e não com o conteúdo. Eu, como Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude da Câmara de Vereadores, que o Ver. Tarciso preside, assinei o documento com ele, sou solidário, pedindo a preservação de todos os programas, Secretária Maria de Fátima, desenvolvidos atualmente pela Secretaria de Esportes do Município. E eu vi com extrema alegria que V. Exa., de forma muito enfática, afirmou aqui da tribuna que esses programas não só seriam mantidos como incrementados. E eu entendo até que podem se repetir aqui alguns fenômenos historicamente já ocorridos na administração pública deste País. Existem pessoas, Ver. Paulo Brum, que dizem que o esporte brasileiro, em um determinado momento, teve uma assistência tão grande, quando ele era um dos ramos do Ministério de Educação e Cultura, que há saudades daquele período, porque a segmentação resultou em situações negativas. Então eu quero, Secretária Maria de Fátima e Dr. Solimar, dizer, com toda a

tranquilidade, que estamos nos antecipando a situações que nós não temos certeza de que vão ser ou não submetidas a esta Casa. Eu ouvi a respeito da Secretaria Municipal do Esporte, sua existência ou não, a denominação de seu conteúdo que seriam fruto de uma nova definição aqui da Casa. Não sei se será, não sei o que virá das novas propostas do Executivo, mas quero dizer alto e bom tom, e informo a V.Sa. por quem tenho um carinho muito especial, que nada que possa vir que reduza a belíssima atuação que até hoje a Secretaria Municipal de Esportes realizou no Município possa ser atingida, haverá de ter trânsito nesta Casa. Eu mesmo estarei contrário. Por isso aproveito, Dr. Solimar, para cumprimentá-lo pela forma tranquila com que está encarando uma situação que é precarríssima: os problemas dos moradores de rua. As mazelas sociais da sociedade, nesse Brasil todo, estão mais agudizadas como nunca. Todos nós sabemos que, por descaso, por todas as razões possíveis, o Brasil quebrou. E os pobres, os fracos, os enfraquecidos são os que mais estão sofrendo. Então, mais do que nunca, precisam da nossa atenção. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra.

A SRA. MÔNICA LEAL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu utilizo essa tribuna, no dia de hoje, com muita satisfação. Como a minha origem é na comunicação, como jornalista que sou, fiz alguns apontamentos das falas, inclusive na sua Secretária. Eu gostaria de, primeiro, deixar bem claro que são raras as vezes em que nós encontramos três pessoas juntas com três características exatamente iguais: Solimar, Maria de Fátima e Denise; dedicação, conhecimento e determinação. Cada um do seu jeito, no seu tempo, tem essas três características que são fundamentais para a gestão pública. Querido Ver. Oliboni, meu colega de longas caminhadas, desde a época do meu pai, eu anotei que o senhor fez várias perguntas. Mas me chamou a atenção em especial um registro que o senhor fez de que o Prefeito teria confundido siglas. Isso não quer dizer nada! Eu, quando fui Secretária de Estado da Cultura, quando assumi, desconhecia por completo aquela área. E na primeira entrevista para o jornal Zero Hora, eu disse, deixei claro e provei que não há nada nessa vida que a gente não aprenda, basta querer, basta ter determinação, comprometimento e dedicação. Tanto que fiz. Não poderia responder todas suas perguntas, mas anotei e depois vou conversar com a Secretária Maria de Fátima.

Diante da necessidade de reestruturação da administração pública, houve, sim, uma repercussão na atuação de assistência e proteção social. Isso é um fato, nós sabemos, mas eu confio na tua competência, Fátima, eu a conheço. Nós fomos colegas no Colégio Bom Conselho, tivemos a mesma criação, nossas famílias sempre juntas, tenho plena confiança na tua competência, na tua vocação e na tua criatividade, basta puxar teu currículo. Eu me sinto como aquele menino em uma tempestade, cujo marinheiro era do seu conhecimento. Não tenho nenhuma dúvida de que tu vais

conduzir essa Secretaria da melhor maneira, e satisfeitos ficam os porto-alegrenses com a tua condução.

Chamou minha atenção, Maria de Fátima, algo que deixaste bem claro nesta tribuna: “Como um rapaz está, há dez anos, dentro de um abrigo?” É verdade! Aquilo não é nenhum tipo de asilo, temos que considerar que precisa ser uma passagem, preparar e capacitar essas pessoas para enfrentar o mundo lá fora da melhor maneira. Também me chamou atenção que colocaste três palavras que aprendi na minha vida como filha de militar, com muito orgulho: observar, planejar para executar. E tua primeira observação foi identificar os bolsões de pobreza. Parabéns, é isso que queremos.

Eu gostaria de responder também à Ver.^a Fernanda, que me surpreendeu aqui com a sua manifestação de que o PP fez parte do governo passado, que houve problemas na FASC, no DEP... Sim, senhora, tivemos problemas. Agora, saiba a senhora que o PP desta Casa, o Partido Progressista, a bancada de Vereadores, da qual tenho orgulho de ser Líder, não compactua com nenhum tipo de irregularidade. Tem que ficar claro que não somos e não seremos guardiões de possíveis malfeitos ou desvios éticos. Então eu gostaria de registrar novamente que a Ver.^a Mônica Leal, Líder desta bancada, os Vereadores João Carlos Nedel, Matheus Ayres e Cassiá Carpes, não apoiam nenhum tipo de malfeitos ou condutas que não tenham sido éticas.

Por fim, obedecendo meu tempo, aos três convidados, eu registro a minha total confiança em como vocês conduzirão essas Pastas. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, Sr. Presidente, público que nos assiste pela TV Câmara, Dra. Maria de Fátima Paludo, Sra. Denise Russo, Sr. Solimar Amaro – ainda posso chamá-lo de irmão Solimar? Fui aluno Marista também por todo o meu 1º Grau e também no 2º, à época, assim como meus irmãos, e temos boas recordações dessa época de Colégio Marista Assunção.

Eu gostaria de destacar, neste momento, a grande importância e preocupação que o partido, o qual represento, o PSOL, tem com relação à área que está sob a incumbência do trabalho de vocês. Tive a felicidade de acompanhar o trabalho, na Legislatura passada, da Ver.^a Fernanda Melchionna presidindo a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH, desta Casa Legislativa e fez um trabalho primoroso na presidência. A Ver. Fernanda encabeçou um grupo de trabalho que produziu um relatório maravilhoso com diferentes audiências sobre vários grupos vulneráveis da nossa Cidade. Tivemos trabalhos acerca da questão dos idosos, da população em situação de rua, da questão dos jovens, das crianças, dos adolescentes, dos negros e negras. Eu acho que, muitas vezes, faltam o carinho e a dedicação adequados das instituições governistas para tratar determinados temas. O que

nós vimos na FASC foi um assalto! A FASC está detonada, esculhambaram com os programas, contratos fraudulentos... É um escândalo o que aconteceu nesta Cidade!

Pelo pouco que conheço do histórico de vocês, me alegra o fato de que pessoas sérias tenham sido incumbidas dessa tarefa. Agora, eis a questão: precisamos nos atentar com relação a esses grupos vulneráveis na nossa Cidade. A Prefeitura atual fechou a coordenação de projetos de educação especial. Fechou a coordenação dentro da SMED, e isso é lamentável. Nós temos quatro escolas municipais que prestam o atendimento a essa população, e eu sei que o Irmão Solimar foi dirigente da Kinder – Centro de Integração da Criança Especial, uma instituição respeitada que trabalha com crianças portadoras de necessidades especiais. Eu peço que vocês, como integrantes do Governo, se atentem a estes fatos. Os nossos professores municipais são extremamente capacitados e desenvolvem um trabalho muito sério dentro dessas escolas, e nós não podemos abrir mão de uma coordenação responsável e zelosa pela qualidade do trabalho que é desenvolvido em nossas escolas. Chama-me muito a atenção, e lastimo, o fechamento dessa coordenadoria tão importante.

Destaco também o fato da vulnerabilidade e da situação temerária em que se encontram os trabalhadores que se ocupam com catação e reciclagem de materiais recicláveis. Aquele projeto de lei, encabeçado em 2008 pelo então Ver. Sebastião Melo, cerceou o direito de sustentação dessas pessoas. Por mais que a Prefeitura venha a público dizer que esses trabalhadores não terão o seu direito de trabalho subtraído, nós temos recebido denúncias de que os seus carrinhos estão sendo apreendidos nas ruas de Porto Alegre, e isso, sim, é privar o indivíduo de trabalhar, de sustentar a sua família e de ter dignidade. Foi aventado, na gestão passada, que eles teriam capacitação, que receberiam treinamento, o que não ocorreu. Temos milhares de pessoas que trabalham com esse tipo de serviço, e apenas poucas centenas receberam curso de qualificação, o que é extremamente insuficiente. Portanto eu peço também uma atenção especial para com relação a esses trabalhadores que geram economia para a nossa Cidade. Economia, por quê? Os resíduos que não vão para o aterro se transformam em renda, e esta renda sustenta essas famílias e também alivia os bolsos da nossa Cidade. Alivia o caixa da nossa Cidade, porque todo resíduo depositado a cem quilômetros de Porto Alegre, no aterro de Minas do Leão, é custoso para o Município de Porto Alegre. Então, de certa forma, esses trabalhadores que trabalham com reciclagem estão fazendo um bem para nós, para nossa Cidade, para os nossos cofres e também para o planeta. Como biólogo, chama-me muito a atenção esse tipo de trabalho, que é digno, que deve ser respeitado e deve ser resguardado também.

Desejo que vocês tenham um bom trabalho, um trabalho sério e que engrandeça essa população mais vulnerável da nossa Cidade. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Paulo Brum está com a palavra.

O SR. PAULO BRUM: Sr. Presidente; Sra. Maria de Fátima Záchia Paludo, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, é um prazer revê-la; Sra. Denise Ries Russo, Secretária Adjunta; meu querido amigo Solimar Amaro, Presidente da FASC, tenho certeza de que a Kinder sente muito a sua falta, mas Porto Alegre, com certeza, também vai agradecer por ter V. Sa. à frente dessa importante Fundação.

Secretária, o PTB ajudou a eleger este Governo, o PTB faz parte deste Governo, nós, do PTB, acreditamos neste Governo, por isso estamos juntos. Eu vou aproveitar a sua estada aqui, é a primeira vez que converso com a senhora, para fazer um registro: este Vereador, em especial, ficou muito triste com a extinção da Secretaria Municipal de Acessibilidade. Ajudamos a construí-la, e esta Casa aprovou aquela que foi a primeira secretaria municipal de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência do País, foi uma justa luta das pessoas e dos movimentos, a qual tiveram sucesso. O Prefeito Marchezan, conversando comigo, mesmo que informalmente, me deu a garantia de que os serviços que as pessoas com deficiência necessitam seriam mantidos neste Governo. Até agora não estou duvidando. Essa secretaria tinha como objetivo principal defender os direitos das pessoas com deficiência e propor ações que possibilitassem a sua inclusão social. Perfeito! Ela foi responsável, também, pelo primeiro Plano Diretor de Acessibilidade do País e dava certo atendimento junto ao Programa Calçada Legal, que foi um programa instituído para consertar as calçadas. Na verdade, as pessoas pensam que a acessibilidade se refere apenas às calçadas; mas as calçadas também são importantes para que as pessoas com deficiência, notadamente aquelas que utilizam cadeiras de rodas ou têm dificuldade de caminhar, possam exercer o seu direito de cidadania.

Uma das questões que chegaram até nós, e me deixando preocupado – chegou a mim hoje, por isso não tive tempo de conversar com a senhora, mas lhe faço esse questionamento –, é que foi fechada a sala do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Porto Alegre, o Comdepa, que ficava junto à então Secretaria Municipal de Acessibilidade. Pergunto a V. Exa. se procede essa denúncia. Também com relação aos CRASs. As pessoas com deficiência, notadamente carentes, que têm direito ao BPC – Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social, benefício ao salário mínimo, que precisam do aval de um assistente social, elas buscavam socorro junto aos CRASs. Hoje, me parece, que estão tendo dificuldade para ter acesso a esse benefício. Pergunto se procede e, enfim, uma maneira de solucionar essa questão. Portanto, eu pergunto a V. Exa., agora oficialmente, como vão ficar os serviços que eram prestados pela Secretaria de Acessibilidade. O Prefeito nos pediu 120 dias para mandar um organograma dos serviços, da reorganização das secretarias. Como está a questão da acessibilidade e da inclusão das pessoas com deficiência? Vai ser constituída uma diretoria, um departamento, enfim, e os serviços serão prestados da mesma maneira? Essa é a minha indagação e preocupação, porque, no passado, os assuntos que diziam respeito às pessoas com deficiência eram tratados apenas como assistência social, e nós sabemos que não é só assistência. Existe todo um grupo de ações que precisam de serviços públicos para que essa inclusão seja alcançada – saúde, educação, trabalho, reabilitação –, todos esses processos que nós tínhamos na Secretaria

passada, e que nós sabemos que também não funcionou, que era a porta de entrada para que essas pessoas pudessem buscar tais serviços. Eu pergunto se o local é o mesmo, se terá um novo local, se será uma diretoria ou um departamento que vai tratar desse primeiro acesso que as pessoas com deficiência têm para buscar os seus direitos junto ao serviço público.

Somos o Governo, acreditamos neste Governo e estamos aqui para contribuir para que na prática isso seja realizado. Sucesso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero cumprimentar as pessoas que respeitamos e reconhecemos com grande qualidade técnica, com história e com a experiência de todos vocês. Os questionamentos aqui de maneira nenhuma vão questionar a competência e a condição política que vocês têm em assumir esse grande desafio.

A primeira questão que nos intriga é, de fato, que a FASC tenha perdido o *status* de secretaria, não foi o nosso entendimento na votação e também não é um questionamento à Secretária, que não poderia dar conta disso. A questão é que o grande tema que está tomando conta é o da assistência social, e só ela tem uma gama imensa de desafios já colocados aqui e que nós já trabalhamos em várias frentes parlamentares, na Comissão de Direitos Humanos, enfim, só o tema da situação do adulto/rua ou o tema dos abrigos valeriam uma secretaria. Então é um superdesafio! Nós temos o diagnóstico, já colocado aqui por vários colegas, da absurda fragmentação da ação da assistência social em Porto Alegre, a descontinuidade, o abuso de estagiários, a presença de quatro, cinco contratos terceirizados num mesmo equipamento, com gestões diferenciadas; absoluta inexistência de políticas para essa situação de rua, que os POPs, os centros populares, com muitas dificuldades de funcionar, abrigos superlimitados. E daí do outro lado, está toda a política de direitos humanos, que é diferente, que tem uma outra especificidade, como o Ver. Paulo Brum trouxe o tema todo da inclusão da acessibilidade, enfim. Eu acho que é benéfico mexer na estrutura que estava grande, que estava fragmentada demais nas políticas públicas, mas acho que o Prefeito precisa revisar esse ajuntamento que foi feito, que me surpreende, inclusive, DEMHAB e FASC. O DEMAHB tem uma dimensão de assistência social, mas tem uma política pública de habitação, que é além da assistência social, de muita intensidade e exigência, e que nós tínhamos que separar.

Mas eu quero me dedicar um pouquinho mais à questão do esporte, lazer e recreação, que aí sim, esse salta aos olhos que é diferenciado nesta gama de desafios colocada para vocês, que tem uma especificidade técnica, que tem uma vida própria. E nenhum de nós, tenho certeza, pelo menos eu não estou indo a lugar nenhum mentir para ninguém. A luta legítima, Vereadoras e Vereadores, para manter a estrutura, para

manter orçamento, para manter a capacidade de autonomia da Secretaria de Esportes, vem da convicção. Primeiro, da luta de 90 anos, em Porto Alegre, para estruturação da política pública, esporte, lazer e recreação. Noventa anos de evolução e de trabalho continuado. Segundo, que essa secretaria, com um pingote de recursos, faz muito. E as imagens mostram uma mobilização que não é enganada, as pessoas sabem que poderão continuar tendo oficinas, enfim. Mas elas querem uma estrutura de secretaria pela qual elas lutaram; inclusive que não perdessem, porque 26 praças já perderam professor, e a atuação específica da Secretaria de Esportes. A questão do Centro Comunitário, que deveria ser maravilhoso, ser ótimo. A Secretária colocou que chega a ser um absurdo, chega no fim de ano e não tem condições sequer de abrir as piscinas. Então, há uma vida e um trabalho maravilhoso de parcerias, de busca de financiamento, de rede social, de qualidade de vida, de saúde.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Essas imagens são de quarta-feira, ontem de manhã. Eu sei que houve muitos compromissos no mesmo horário, que os Vereadores não puderem ir, mas o que nos esperava era muitas mulheres e homens que fruem e usufruem, que estão no dia a dia buscando saúde preventiva e qualidade de vida, laços sociais, saúde física e mental; que querem viver o prazer, o esporte e o lazer, e que não abrem mão. Olha que beleza o Ararigboia! Que maravilha! Questões que eu ainda não tinha visto no cotidiano, que víamos de quando em quando. Então, eu acho que essa luta não defende somente a Secretaria de Esportes, ela defende inclusive a capacidade de essa super e importante Secretaria... Se conseguirmos colocar finalmente em Porto Alegre uma visão de desenvolvimento social, eu acho que nós seremos vitoriosos, e, olhem, quem fala aqui é a oposição! Então, é para favorecer, inclusive, que desafios tão grandes como Direitos Humanos, Assistência Social tenham condição de identidade, de propulsão, e que a gente não perca a potência, a especificidade, a técnica na formação dos educadores, porque quem está mobilizado são as universidades. Então, a luta pelo esporte é a luta para fortalecer também essa política e nós somos parceiros. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Matheus Ayres está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MATHEUS AYRES: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero parabenizar o Janta, Líder do nosso Governo; o Marchezan, por essas excelentes escolhas para conduzir esta Pasta tão importante da nossa Prefeitura que trabalha com muitos que são invisíveis. São visíveis, normalmente, quando incomodam, mas são invisíveis no detalhe do dia a dia. Então, parabéns ao Governo por essas escolhas. Não posso deixar de citar o Solimar, esse grande homem que coloca o seu

coração nos detalhes da vida das pessoas. Solimar, nós somos muito agraciados por estares à frente da FASC.

Eu gostaria de manifestar, Dra. Paludo, a sua fala me tocou muito quando falaste que saíste da tua zona de conforto, porque a minha história, ainda pequena e breve na política, é a mesma. Eu estava muito bem na rádio onde eu trabalhava há mais de 10 anos; muito bem nos dois colégios onde dava aula de sociologia; muito bem mesmo, muito feliz e realizado. E há um ano, quando resolvi vir para a política, resolvi sair da minha zona de conforto. Eu não aguentava mais ficar reclamando, na sala de aula ou atrás de um microfone, do que os outros faziam, dos erros dos outros; eu queria me colocar à disposição e parar de ficar gritando por aí. É importante gritar, é importante sair às ruas, tudo isso é importante, mas estava cansado de ficar apenas reclamando e me coloquei à disposição, e aqui estou, resolvi sair da minha zona de conforto para fazer a boa política, Adeli Sell, meu amigo, parceiro do Partido dos Trabalhadores, para fazer a boa política. Eu sinceramente não faço parte daqueles grupos que se colocam em balcões diferentes e ficam gritando e apontando para os outros. Eu não gosto disso, eu não quero isso. Não quero esse registro, essa marca na minha carreira política, não quero mesmo. Eu quero é diálogo, conversa, quero resolver a vida das pessoas que não estão, como nós, no ar-condicionado, atrás da gravata, muito bem colocados em poltronas de couro... Não, eu quero resolver a vida das pessoas que mais precisam, por isso a boa política, por isso o diálogo. O Carús utilizou aqui na tribuna um termo muito especial, que muito me toca também, que é a luta pela dignidade da pessoa humana, termo que foi gravado por São João Paulo II na luta pelas pessoas, a dignidade da pessoa humana.

Foi falado do meu partido, o Partido Progressista, estou há um ano nesse partido. Não quero me ater apenas a Porto Alegre, mas vou ao Brasil. Na semana passada, o meu partido foi o primeiro a ser selecionado pela Operação Lava Jato. Muito bem. Uma pessoa me perguntou: Matheus, tu não estás com medo? Eu não estou com medo. Fico triste e feliz. Fico triste, porque é uma marca no partido em que resolvi começar a minha carreira política, mas fico feliz, porque, quando um político fica com medo, olha, tem que pensar duas vezes se vale a pena confiar nele novamente. Eu não tenho medo nenhum, que caíam todos, de qualquer partido político, inclusive do meu, que se investigue todos, e, se tiver culpa no cartório, fico feliz, é menos um atrapalhando a vida das pessoas na vida real.

Solimar, conta comigo em toda e qualquer investigação, enfim, no que precisar ser feito. Conta comigo, quero estar do teu lado, independente do partido político, porque quero que a vida das pessoas se resolva. Não dá mais para ficar tropeçando nos invisíveis da nossa sociedade. Não dá mais! Precisamos lutar por eles. Acabou a era dos corruptos! Precisamos fazer com que as vozes das ruas sejam ditas também aqui nesta tribuna não só com as nossas palavras, mas com os nossos atos, com as nossas ações, com os nossos gestos. É preciso acabar com tudo isso que suja a dignidade da pessoa humana, daqueles que têm poder, daqueles que nos confiaram seus votos. Nós precisamos acabar com isso de uma vez por todas. Aqui na Câmara, com a

graça de Deus, eu tenho construído boas relações. Para mim, não vale o partido, vale a pessoa, eu me aproximo das boas pessoas. Inclusive, me desculpem a sinceridade.

Quero parabenizar os funcionários de todos os órgãos que estão debaixo desse guarda-chuva pelo seu trabalho árduo, que, mesmo sem receber salário, porque talvez estejam aí nessa confusão dos contratos, ainda continuam de pé, lutando pelas pessoas. Parabéns aos funcionários, tanto os terceirizados quanto os de carreira!

Quero sugerir a vocês, queridos, que contem com estes Vereadores, que contem conosco, que nos convidem para participar não só de momentos especiais, como inauguração, entrevista, não, mas também para planejamento. Os meus colegas, com muito mais experiência do que eu, podem ajudar a construir essa nova Secretaria. Convidem os Vereadores que aqui estão para participar das decisões, dos planejamentos, nós temos muito a contribuir. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu, quando vim para esta Casa, tinha 16 anos de trabalho social na periferia, eu sei como o esporte é muito importante na vida de qualquer um. O esporte me deu e nos dá respeito, companheirismo, tudo. Com o esporte eu aprendi isso, a educação, a escola. Com 13 anos de idade eu tive que deixar a casa dos meus pais, uma cidadezinha pequena no interior de Minas Gerais, com 4 mil habitantes, para ir morar no Rio de Janeiro. Eu não cheguei no Rio e caí dentro do Maracanã, foi buscando os meus sonhos. Tive que abandonar a escola para conseguir dinheiro para me sustentar. Eu senti a falta da escola na minha vida. Então a minha vida busca o esporte, Presidente, senhoras e senhores, muitas vezes eu passo na rua e as pessoas dizem que o esporte vai acabar. Nós estivemos conversando com o Prefeito, uns sete ou oito Vereadores, e eu saí tranquilo dessa reunião, porque, na visão do Marchezan, ele sabe como o esporte é importante na vida de todos nós. O que me deixa muito triste se chama rádio-corredor, e eu não acredito em rádio-corredor, eu tenho que olhar para ti e tu me dizeres sim ou não; o que o fulano disse, o sicrano disse, isso para mim não interessa. Todos vocês sabem que a educação e o esporte são o bem de um país; para um país ser do Primeiro Mundo, ele tem que ter esporte, educação, cultura e lazer. Então eu narro aqui que a escola me fez muita falta quando tive que correr atrás dos meus sonhos, mas, hoje, no mundo em que vivemos, nós temos educação, cultura e esporte juntos, o que nos dá essa tranquilidade para buscar.

Eu fico pensando numa metrópole sem esporte, sem cultura. Não é uma metrópole, não é uma cidade; não sei o que é isso, não sei o nome. Vi todos os colegas falando sobre a acessibilidade, o caro colega Paulo Brum, isso também me deixa, às vezes, muito angustiado. As praças são muito importantes, são locais de convívio para crianças, adultos, idosos, todos nós, ali está a verdadeira inclusão do povo, a verdadeira

troca de identidade, a verdadeira aprendizagem sobre respeito e companheirismo. Venho aqui bem tranquilo, que Oxalá abençoe as palavras do Matheus, que acabe a corrupção, para isso venho rezando desde meus 15 anos, não só a corrupção entre os políticos, mas outros tipos de corrupção que os seres humanos fazem, que acabe tudo isso e que a gente possa viver um outro momento, uma outra vida. Que essas crianças, principalmente as da periferia, tenham oportunidade igual a todas as crianças, no esporte, na educação e na cultura. Aí, sim, poderemos subir aqui e encher a boca dizendo que Porto Alegre é uma capital do Primeiro Mundo! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO PINHEIRO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Esse é um novo desafio que vocês assumem frente a uma secretaria que tem grande potencial para a Cidade, da qual precisamos muito, que tem sob seu guarda-chuva várias ex-secretarias. Isso é muito importante para a nossa Cidade nessa área de desenvolvimento social. Os currículos de ambos dispensam comentários, tecnicamente nós sabemos do potencial de todos vocês. Esperamos que nesse novo desafio, além de técnico-político, tenham todo o sucesso que tiveram nas suas vidas profissionais até agora – muito mais técnico do que político, apesar do seu sobrenome, de a sua família ter uma tradição política, Secretária Maria de Fátima.

Eu sou Vereador da Rede Sustentabilidade, e, como a Marina Silva sempre nos diz, nós não devemos ser nem de situação, nem de oposição, e, sim termos posição. Então é isso que temos procurado fazer aqui na Câmara de Vereadores, procurado, através do bloco independente, junto com outros Vereadores, trabalhar pelo bom desenvolvimento da Cidade, com a preocupação de, quando acharmos que o Governo está em uma linha errada, procurarmos, através da fiscalização, ou até mesmo da crítica, ajudar o Governo a voltar à linha. E quando precisar, e se for bom para a Cidade, certamente a senhora poderá contar com o nosso apoio, Secretária.

Nós sabemos dos grandes desafios, e a senhora citou vários: os bolsões de pobreza, as ocupações irregulares. Em Porto Alegre, nós temos quase 800 vilas irregulares, pessoas que vêm para Porto Alegre e que não vêm porque querem ocupar ou porque querem uma residência. Hoje 85% da população está nas cidades, são pessoas que vêm atrás de um emprego, de uma vida melhor e que, infelizmente, ao chegar aqui, têm dificuldade com emprego e dificuldade em encontrar uma moradia digna. Acabam indo para ocupações, muitas vezes, em locais irregulares e de difícil acesso, onde não há creche comunitária, acesso ao ônibus, saneamento, escola, posto de saúde, e, a Constituição prevê que a Prefeitura, de certa forma, tem que dar tudo isso, e o dinheiro acaba faltando para resolver todos os problemas. Então, sabemos dessas dificuldades e queremos buscar, junto com o Poder Público e a Câmara de Vereadores,

nós, que estamos, na grande maioria das vezes, junto dessa população, recebendo essas demandas, ajudar, discutindo encaminhando

Quero também parabenizar, encontrei alguns Vereadores de oposição, ontem, quando participávamos de uma reunião com o Prefeito Nelson Marchezan, dizendo que o bloco independente já estava sentado junto com o Governo. Não, o bloco independente foi convidado para participar, junto com a base do Governo, com vários Vereadores do PMDB e dos dependentes, sentando para conversar problemas da Cidade, projetos, coisas que o Prefeito tem ideia de fazer e queria ouvir a nossa opinião. Achei bastante interessante, Ver. Cláudio Janta, toda vez que for convidado, quero participar para debater os problemas da Cidade e ajudar a buscar soluções em conjunto. Acho que todos nós somos por Porto Alegre. Todos nós queremos o melhor para a nossa Cidade. E queremos discutir, sim, assim como discutimos no Parlamento, queremos discutir com o Prefeito, queremos discutir com secretários a forma de buscar alternativas para os problemas, que são muitos e os recursos são poucos. Acho que juntos podemos buscar as melhores soluções para ajudar a Cidade e aqueles que mais precisam.

Para concluir, queremos dizer que também temos dificuldades, Secretária, por exemplo, com a SME. Nesta Casa se tem travado um grande debate sobre as políticas públicas da Secretaria Municipal de Esportes e o seu término. O Prefeito nos garantiu, em uma reunião, que manterá todas as políticas. Quero pedir a sua compreensão e dizer o quanto é necessária a SME, porque ela tem uma política não só de esporte, mas de recreação, de lazer, e uma série de atividades que vão ao encontro das necessidades da população mais pobre. Portanto, peço que a Secretária tenha um olhar especial para o nosso esporte, lazer e recreação, principalmente dessas comunidades carentes, e me colocar à disposição na relação que temos para ajudar a construir, principalmente com os jogos, com a liga do futebol amador da cidade de Porto Alegre. Parabéns, sucesso, e conte conosco. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero dizer que estamos aqui conversando em nosso nome, em nome do Ver. Paulinho Motorista, e dizer da importância da presença de vocês nesta nossa tarde, na qual tratamos de assuntos de alta relevância. E quero dizer que sei que a nossa Secretaria está em boas mãos, até porque conheço a Maria de Fátima, nossa Secretária, digo isso a vocês que estão conosco nesta tarde. Quero aproveitar para desejar a ela êxito nessa jornada, pois ela é fundamental para a nossa Porto Alegre, até pelos temas e ações que são tratados e que estão vinculados à Secretaria. Quero me filiar a algumas posições, ouvindo a última do Ver. Mauro Pinheiro, dizer que estamos acompanhando de perto essa questão. E até dizer aqui, para registrar o caso, que eu tenho recebido

diversas manifestações de servidores que não estão recebendo na FASC, que estariam com valores de salários atrasados. Nós acreditamos, sim, que o bom encaminhamento dessas questões irá trazer benefícios à Cidade.

Portanto, em nosso nome, estamos aí para agradecer a presença de vocês nesta tarde, dizer que estamos juntos nessa jornada e também que, nós, Vereadores, estamos atentos, prontos a contribuir e tentar resolver, nessas grandes disputas que se travam aqui, da melhor forma possível para o bom encaminhamento. E hoje, dentro da Secretaria, uma das grandes funções que se trava é a Secretaria Municipal de Esportes. Portanto, estamos ali para tratar junto e ver de que maneira conciliamos e buscamos alcançar os interesses da cidade de Porto Alegre. Aquele abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sra. Secretária Maria de Fátima, Sra. Denise Ries, Sr. Solimar, pessoas que eu não vou mais nem falar aqui, porque as oito bancadas já subiram na tribuna e falaram, dez membros desta Casa. Mas sou obrigado a falar aqui, como representante de um partido que vem das causas sociais de Porto Alegre e como Líder do Governo, nesta Casa, que foi um projeto que ganhou a Prefeitura de Porto Alegre. Um projeto de diminuir o número de secretarias, de mudar uma estrutura que, comprovadamente, não estava funcionando em Porto Alegre. Em todas as mudanças, no início, existe resistência das pessoas. Ontem, ainda, vimos o Prefeito, em uma praça de Porto Alegre, reafirmando que as políticas de esporte não serão extintas. Porto Alegre é uma cidade que vive de boatos. Nessa semana ainda tivemos um boato de que o Inter iria voltar para a primeira divisão. Boatos, a Cidade vive de boatos. E houve um boato grave agora de que nós iríamos acabar com todo o esporte em Porto Alegre, que nós íamos privatizar o campo do Ararigboia. Olhem só, que nós íamos vender uma praça! Não sei para quem! Como se fosse fácil vender uma praça em Porto Alegre! Nós não conseguimos pegar um pedacinho de uma praça lá na Baltazar de Oliveira Garcia e fazer um posto de saúde, em convênio com o Grupo Hospitalar Conceição. Olhem só as lendas urbanas que se criam em Porto Alegre! Que era impossível um sindicalista ser Líder do Governo Marchezan! Essas são as lendas urbanas que se criam em Porto Alegre.

Agora, o que foi falado aqui é lenda urbana. Nós jamais vamos ter de novo esse número de secretarias que foi pedido aqui. Enquanto nós administrarmos a Prefeitura de Porto Alegre, nós vamos ter, sim, políticas de direitos humanos, políticas de assistência social, políticas de abrigos para as pessoas, mas não o que a Secretária Maria de Fátima falou. Nós não podemos ter pessoas vivendo em abrigos. Os abrigos são casas de passagem, são locais que as pessoas desassistidas têm para ficar ali por um tempo. Não podem morar ali, porque senão todo o cidadão que chegar em Porto Alegre terá direito a uma casa dessas; todas as pessoas vão querer viver 10, 15, 20, 30 anos

numa casa dessas. São abrigos, são residências de passagem. Então, nós teremos todas essas assistências. E eu acredito que o histórico dessas três pessoas que estão na Mesa não vai permitir abuso nenhum a estagiários, a trabalhadores terceirizados. Até porque quando chega até nós alguma dificuldade, alguma coisa que acontece no Governo, imediatamente entramos em contato com a área e essas questões têm sido resolvidas.

Vocês imaginem um Governo do tamanho que nós pegamos; está tendo choque dentro do Governo, e nós estamos tentando resolver. Um Governo que era composto por diversos partidos, um Governo que era composto por diversos grupos, por diversos interesses, e nós estamos acomodando, resolvendo isso. Nós sabemos que as mudanças são difíceis. As mudanças dentro de uma família são difíceis, mudanças dentro de um grupo são difíceis, mudanças dentro de uma empresa são difíceis, a mudança que ocorre em ambientes de trabalho é difícil e a mudança que ocorre numa estrutura de governo é difícil. Mas em cem dias do nosso Governo, que estamos completando na segunda-feira, vamos apresentar mudanças significativas para a sociedade. Há erros? É claro que há erros. Se não tivessem erros, estaríamos fazendo um *case* em administração pública para vender para o mundo. Mas, com certeza, nós, no final do primeiro ano, vamos apresentar muitos acertos para a população de Porto Alegre, principalmente nesta área de grande interesse para o bem-estar das pessoas, que é a área da assistência social. Nós vamos apresentar muitas coisas boas para os menores, para os idosos, para os moradores de rua, para as pessoas com deficiência, muitas coisas boas para a população de Porto Alegre. Esse é o propósito do nosso Governo. Nós não assumimos a Prefeitura de Porto Alegre para fazer mal para ninguém; nós assumimos a Prefeitura de Porto Alegre para melhorar a vida das pessoas. Podemos estar errando um pouquinho ali, um pouquinho aqui, mas com o intuito de melhorar a vida das pessoas. Esse é o propósito da nossa Administração, esse é o propósito dos nossos secretários, esse é o propósito da nossa bancada na Câmara de Vereadores, esse é o propósito de todos nós aqui nesta Casa, dos 36 membros: melhorar a vida das pessoas, e, com certeza, a nossa unidade, as nossas críticas construtivas serão para isso.

Obrigado por estarem aqui presentes hoje, contribuindo para que esta Cidade melhore a vida do povo de Porto Alegre. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ALDACIR OLIBONI: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Agradeço à nossa bancada e à Bancada do PSOL por ceder o período de oposição para fazer o fechamento deste encontro que eu considero de extrema importância, nobre Líder do Governo, Ver. Janta.

Eu acredito que nós fazemos uma oposição responsável. Nós não estamos brincando aqui em Porto Alegre. A Câmara de Vereadores tem a responsabilidade de fiscalizar o serviço público e apontar, seja pelo comparecimento do Governo, através

dos seus secretários, seja até mesmo pelos nossos boletins e pela nossa possibilidade de vir à tribuna explicar o que nós pensamos sobre a Cidade, mas, sinceramente, não é só a nossa opinião, o cidadão de Porto Alegre está muito preocupado, mas muito preocupado. É só sair pela rua que nós vamos ser abordados a todo momento. Não só porque as esquinas da Cidade foram tomadas pelos vendedores ambulantes, sem saber a origem do seu produto; não só porque esse cidadão está buscando uma oportunidade de emprego; mas, sim, porque a política social demonstrou em tese que não estaria funcionando. E agora nós ouvimos tanto o Presidente da FASC como a Sra. Maria de Fátima Záchia Paludo, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, portanto nós, sim, estamos preocupados, porque, quando vamos para a rua, percebemos a indignação da população quando diz que a passagem de ônibus subiu e seu salário não subiu; quando vamos ao posto de saúde e continuam as filas nos postos de saúde; quando percebemos que foi dito que as obras de Porto Alegre eram recursos do Governo Federal e continuam paradas. Então os cem dias do Governo Marchezan merecem, sim, dar uma chacoalhada. Quem sabe lá, a Câmara de Vereadores pode fazer isso! Nós percebemos que a ideia de contenção de despesas, cortando secretarias e gastos, isso não vai resolver. Nós queremos que as políticas sociais, principalmente, continuem acontecendo, e que o Governo Municipal possa perceber que são milhares, milhões de pessoas que esperam por essa nova gestão. A nova gestão prometeu coisas que, ao nosso ver, é quase que impossível, mas prometeu. Prometeu mudar a lógica do governo anterior, e nós percebemos que ela continua, em algumas secretarias, pior. Por isso o nosso questionamento. E esse dia em que trazemos aqui a FASC é para demonstrar que o nosso papel não é só votar aqui, a favor ou contra o Governo, apresentar projetos de lei, mas é, acima de tudo, fiscalizar o serviço público da nossa Cidade e esperar que as coisas melhorem para todos os cidadãos, de modo especial para aqueles que menos ganham ou para os mais pobres da Cidade. Eu tenho visto no discurso do nobre Prefeito Marchezan, que salienta “o nosso governo é primeiro para os mais pobres”, coisa que até então os pobres estão distantes das políticas sociais.

Fica o nosso apelo para que a Cidade volte a atender as pessoas que mais precisam. Muito obrigado pela vinda de vocês aqui e fico muito feliz não só com as indagações dos nossos Vereadores, mas principalmente pelo tempo que vocês estão pedindo para voltar a acontecer as políticas na FASC e nas novas secretarias. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Recebemos aqui, com muita alegria, com honra, a nossa querida Dra. Maria de Fátima Záchia Paludo, Secretária Municipal de Desenvolvimento, que tem sob seus cuidados uma área importantíssima e grande, a partir da reforma administrativa. Sei que esta área estará muito bem cuidada não só pela figura e pela história da Dra. Maria de Fátima Záchia Paludo, mas também

pela minha querida amiga Denise Ries Russo, professora, minha colega – fomos diretores do hoje Badesul, na época Caixa Rs Juntos –, e o nosso caro Solimar, que também fez um trabalho fantástico à frente da Kinder, onde tem uma história muito bonita.

O Sr. Solimar Amaro está com a palavra para suas considerações finais.

O SR. SOLIMAR AMARO: Estimado Presidente, querida Secretária, somente para dar retorno, de maneira especial, ao nosso Ver. Oliboni e aos questionamentos feitos. Quando manifestava aqui, nesta seleta Casa do Povo, de que estamos num momento de quarentena, estou convidando a Cidade a entender que nós estamos num momento de poder dar um retorno mais seguro aos nossos serviços. Um questionamento feito foi em relação aos nossos CRAS. Vi mais de um Vereador de manifestando que os nossos servidores estão sem receber. Perdoem-me, nossos servidores não estão sem receber. Nós temos algumas empresas conveniadas conosco que, devido aos apontamentos frequentes da nossa seccional da Fazenda, por exemplo, a entrega de uma guia de FTGS sem o devido pagamento, como o Presidente vai liberar o pagamento desta instituição que, por vezes, não cumpre com o mínimo, que é o *check-list* de quem mantém uma relação de prestação de serviços? O que estou percebendo dentro da nossa instituição é que, infelizmente... Claro que vendo o servidor lá na ponta, o trabalhador desta empresa, eu fico muito sentido, mas, como um agente, um ordenador de despesa, não posso fazer pagamento a uma empresa que não tem condições de prestar serviços para o Poder Público. Neste sentido, estamos todos sofrendo, e eu renovo, estamos dando todo o tempo possível a essas empresas para que possam se enquadrar. E, Ver. Oliboni, a nossa equipe, uma equipe formada de excelência na área, está todos os dias à disposição desses terceirizados, mas infelizmente, como eles foram por vezes gestados para atender somente esses serviços, sem condições de atender realmente o Poder Público nas suas especificidades, acabam tendo esses problemas de continuidade do trabalho.

Você perguntou sobre a manutenção do Cadastro Único, e o Ver. Paulo Brum também fez menção a isso. Vou dar um exemplo – e estou falando com pessoas aqui, acredito, muito maduras –, um contrato que é feito com a nossa instituição, com a Fundação, você faz o plano de aplicação, Secretária, e o pagamento, que deveria ser passado a esse terceirizado, a esse operário, é menor do que o que foi contratado pela Fundação. Eu não posso liberar, não, Ver. Oliboni, e não liberaria enquanto essa instituição, essa empresa não se atualizar e fizer o devido pagamento do que havia sido contratualizado com a FASC, eu não posso oficialmente liberar.

Então, se a Cidade não tiver maturidade para entender esse momento de quarentena, que, num curto espaço de tempo, Nádia, nós teremos um retorno extremamente seguro para todos nós, a população não vai aceitar que fiquemos colocando recursos de uma forma, desculpem, desqualificada. Então, vocês são sabedores da nossa gestão, da nossa história, o que nós estamos fazendo com a Fundação, realmente, é colocando ela no rumo certo, dando segurança para a instituição

não só a curto prazo, mas a médio e longo prazo, e, acima de tudo, cuidando de vidas com uma administração qualificada e extremamente humanizada. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado, Sr. Solimar. A Sra. Maria de Fátima Záchia Paludo está com a palavra para as suas considerações finais.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA ZÁCHIA PALUDO: Mais uma vez renovo as homenagens a Vossas Excelências. Os questionamentos foram muitos, vou por uma ordem aqui. Ver. Oliboni, com relação ao papel Falconi, se ela trabalhou para a Yeda, se ela trabalhou para o Aécio, eu não tenho nada a ver com isso nem tenho conhecimento disso. Não é da minha área do Governo, a minha área é esta, Assistência Social, e eu só me atendo a isso. Aquele núcleo mais fechado que pode saber disso, ou se tem contrato, se pagam ou se não pagam, não tenho a menor ideia. Posso lhe informar que tive duas reuniões com ele: uma, eu juntamente com a minha Secretária Adjunta, não durou 40 minutos, porque nós já tínhamos feito o nosso organograma de toda a Secretaria, e entregamos para eles; e, posteriormente, entregamos as nossas metas e discutimos com eles. Agora, eu não sei nem como foi a questão do trabalho com as demais secretarias, eu só posso falar por nós.

Quem resolve a política de assistência social? Tarso Genro, em 1995, sancionou uma lei aprovada por esta Casa, que criou a FASC, na época era FESC. E o que foi resolvido lá em 1995? Que quem faria a política pública de assistência social neste Município era a FESC, junto com o Conselho Municipal de Assistência Social. Até o dia 31 de dezembro, era feito por eles. No momento em que passou a ficar no nosso guarda-chuva, vamos assim dizer, a FASC, as políticas públicas são, sim, a Secretaria, as duas Secretárias aqui, inclusive a questão do acolhimento familiar para o institucional fui eu que trouxe. A questão do horário é alguma coisa que sempre me revoltou muito. Então, isso são orientações da Secretária para a FASC e que providencie, com a minha fiscalização, o que eu quero que seja feito. Mas a base, o trabalho dos CRASs, dos CREASs, dos abrigos, aquela administração toda é com a FASC.

Com relação aos moradores de rua, e aqui eu já vou responder para diversos que levantaram essa questão, o Ver. Carús já me procurou, muito sensível a isso: eu parto do seguinte princípio, nós temos direito a todos os locais públicos de Porto Alegre e nós somos os bonitos, como eu digo, e os moradores de rua, eles também têm direito. Só que nem nós e nem eles podemos utilizar de tal forma que implique que o outro não possa utilizar. Assusta-me a Praça da Matriz, me assusta o Viaduto, até porque já dizem que os manos estão ali, uma facção já bem antiga, inclusive da minha época, não sei se é verdade ou não, nunca fui lá para ver a esse ponto. Agora, o que me assusta mais ainda é que faz mais de cinco anos que nesta Cidade não há nenhuma política pública para as pessoas em situação de rua. E não é assim que chegou a Fátima e vai resolver o

problema. Primeiro, eu tenho que resolver onde colocar, eu tenho que oportunizar locais a essas pessoas. E aí eu me deparo com albergue que os põe para fora às 6h da manhã, eu me deparo com gente há dez anos num abrigo. Opa! Vamos começar a fazer as coisas funcionarem e a servirem para o que devem servir. Eu não posso ter, como falei, gente há dez anos num abrigo, mas também não posso ter idosos que estão lá como se aquilo fosse o Asilo Padre Cacique ou fosse a SPAAN. E 71% dos abrigos estão com idosos, que já têm o benefício da prestação continuada e, ao mesmo tempo, estão lá, tirando o lugar que seria de passagem e não para resolver o problema da moradia. Aí nós temos que conversar com o DEMHAB para resolver esse ponto.

O Prefeito disse que a gente não deve anunciar nada: “Não falem antes de fazer. Só façam e depois falem”. Mas eu sou um pouco rebelde. Nós estamos com um projeto maravilhoso para as pessoas em situação de rua. Não vai ser higienização, não vai chegar a Brigada e o DMLU para limpar, é uma briga que nós temos, inclusive, para defender o nosso ponto de vista. Uma coisa nós já começamos: as abordagens. É um trabalho feito pela FASC, com a nossa coordenação. Existe o consultório de rua da Secretaria Municipal de Saúde, que trabalha com moradores de rua; a FASC faz abordagem aos moradores de rua, mas, pasmem, eles nunca tinham conversado entre si! Aí, realmente, eu cheguei a uma conclusão: as coisas estão dando certo, porque elas foram feitas para não dar certo! Se eu faço um negócio para não dar certo e ele não dá certo, então, no fim, eu vou concluir que está certo. Agora, eu não posso entender que as equipes de rua não se conversem. Pela primeira vez conversaram, porque nós chamamos. O Secretário de Saúde é maravilhoso, é muito vinculado às causas sociais, pela trajetória dele, já trabalhamos juntos inclusive, não só conversando, mas estamos trabalhando juntos.

Ver. Adeli, o senhor falou sobre a questão do Fecomércio, do Senac, do Senai. Pessoal, esperem aí, vocês não viram a nossa feira de oportunidades? Mil cursos! Tudo bem, houve uns cursinhos de quatro horas, mas o Senac deu 350 inscrições de 160 horas; o Senai também nos deu outros tantos; nós estamos em parceria com o Sistema S, estamos em parceria com todo mundo que possa ajudar a cidade de Porto Alegre.

A questão da descentralização, Adeli, eu não tenho dúvida: por que as pessoas vêm para o Centro? Numa reunião com o pessoal que trabalha nas assistências da FASC, eu perguntei: o que está ocorrendo que o Centro tem quase 70% das pessoas? E eles me disseram que as abordagens mandam para o Centro. Por quê? Porque é no Centro que está o restaurante popular, é no Centro que está o albergue, é no Centro que tem o consultório de rua, da saúde. Ora, então eles vêm todos para o Centro.

Então nós estamos, sim, pensando na descentralização. Eu vou copiar o Solimar: me deem um tempo, porque eu preciso de um tempo para pensar – quando falo eu, somos nós, eu, a Denise e o grupo –, porque nós pensamos, sim, em descentralizar. A questão dos ambulantes não é da nossa Pasta, é do desenvolvimento econômico, e do Ver. Cecchim, que entende muito bem disso, mas nós fizemos essa feira de oportunidades, que foi uma parceria da Secretaria de Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Econômico, inclusive existiram mais de 600 pedidos de alvarás.

Eu tenho que fazer só uma correção. A Ver.^a Mônica disse que fomos colegas; mas não fomos de aula – não é, Mônica? – porque eu sou mais velha do que tu, eu aceito, eu admito; mas, no colégio, nós fomos colegas.

Ver. Paulo Brum, com relação à acessibilidade, e aí eu já falo para os outros que têm esse medo, esse receio da diminuição das secretarias. Gente, a Secretaria não diminuiu, aliás, o trabalho não diminuiu! O que se fez? Tirou-se o secretário e botou-se a figura do diretor! Aí, querem pegar o esporte, que tinha um secretário e um adjunto. O que nós temos hoje? Eu tenho um diretor e dois coordenadores. Quer dizer, qual é o receio que isso possa existir? Na acessibilidade, Ver. Brum, saiu o secretário, e nós temos um diretor, mas o trabalho todo vai continuar. Agora, sobre o Comdepa, eu vou dizer o seguinte: foi falado com a presidente do Comdepa, mas é uma questão que não cabe aqui discutir, foi combinado com ela que sairia da sala, porque nós saímos daqui da Rua Siqueira Campos e estamos no DEMHAB – já que o DEMHAB está acostumado com ocupação, resolvemos ocupar o último andar. E quero dizer sobre o Comdepa que nós estávamos arrumando uma sala para eles, com toda acessibilidade, lá onde o Luciano conhece muito bem, que é nos direitos humanos. Estão reclamando, é uma questão política deles, eles brigam entre eles. *O.k.*, resolvido. Vão para a sala que eles tinham antes, que era uma porcaria, e fiquem lá, se é o que o Comdepa quer. Eu não vou entrar em brigas partidárias, não tenho partido, em que pese, tenho um irmão vinculado ao PMDB, outro vinculado ao PP, outro no Rio, que acha que o PSTU é muito calmo. Então eu me sinto muito à vontade em dizer que não sou partidária, não sou candidata a nada, mas algumas coisas têm que ser feitas. Eu não vou entrar em jogo político, e o Comdepa é jogo político. Até posso dar maiores detalhes, não preciso incomodar os demais.

O que tem que deixar muito claro em relação aos esportes ou a todas as secretarias: tudo vai continuar, e, se deixarem, nós vamos melhorar. O que não tem é secretário e aquele bando de secretários adjuntos! Desculpe, Luciano, uma vergonha! Era tu de Secretário e meia dúzia de adjuntos? Cinco! Um adjunto para cuidar de índio! Ele não tinha ninguém nem para mandar, nem um “cecezinho 4”. Chega disso! Então isso terminou. Viraram coordenadorias. Terminou a farra de carros de representação, que eu dizia que deviam estar fazendo Uber! Não tenho a menor dúvida! Porque eu assumi e, no terceiro ou quarto dia, olhei para a Denise e disse: Eu, como Secretária, não tinha direito a carro? Todos disseram que sim, e eu disse que não estava usando, que eu ia com o meu carro e que já tinha até alugado um box no Centro. Vimos que havia cinco carros e tivemos que catá-los! Deviam estar fazendo Uber! Isso é para diminuir esse excesso de secretários que tínhamos, esse excesso de gasto público! Vamos combinar: se não der certo, eu não tenho o menor problema – e acredito que o nosso Prefeito também não – de dizer: “Gente, não deu certo! Vamos voltar ao modo antigo, vamos ter feudos se for o caso!” Esse é o meu posicionamento sempre muito claro.

Com relação aos catadores. O Alex estava com a Governança, com a Secretaria institucional, mas a parte está vindo conosco. Aí também foi um absurdo, porque, quando fizeram os cursos para catadores, pegaram as mulheres com aquelas

mãos acostumadas a um trabalho árduo para serem manicures. Manicure, onde? No Hugo Beauty? Claro que não! Ou pegaram aquelas pessoas, coitadas, faltando dentes, para serem camareiras em hotéis, porque a Copa ia resolver todos os problemas de Porto Alegre. Então não foram feitas as coisas que podem ser aplicáveis.

Quero dizer para vocês que a porta do meu gabinete – e falo também pela Denise – está sempre aberta. Nunca vou me furtar de dar qualquer esclarecimento, ainda que tenha vontade de fugir, eu não farei isso. Estou à disposição, querem me convidar para vir aqui, adorei falar, fazia horas que eu não fazia um júri! Então, estou sempre à disposição de vocês, e vou parar de falar, agradecendo muito terem me ouvido, antes que o Presidente me corte a palavra.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Senhoras e senhores, por evidente que eu não cortaria, embora nós tenhamos passado um pouquinho do tempo regimental, porque as demandas dos Srs. Vereadores eram por demais importantes. Nós estamos tratando um tema que é substantivo para a Cidade, e eu tenho a convicção de que está sendo muito bem tratado. Está, como eu disse, anteriormente, em muito boas mãos, e eu quero desejar muito sucesso. Eu quero dizer que a Denise foi pró-reitora da Feevale, que é uma das mais importantes universidades que nós temos aqui no nosso Estado, foi diretora da Caixa RS, do Badesul, e é uma profissional da mais alta competência e qualificação. A Secretária Maria de Fátima Záchia Paludo foi Defensora-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, que é para mim algo que também é muito caro, porque a Defensoria-Geral do Estado foi criada quando meu pai era Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, e a primeira Defensora foi a saudosa Dra. Cleonir Carrão. E eu sempre digo, na minha experiência advocatícia, que dava muito alento chegar ao Tribunal e ver que a Advocacia sentava em condições de igualdade com o Ministério Público, estabelecendo aquele triângulo processual que sempre sonhamos ter, porque o advogado se sentiu excluído dessa relação, ele ficava lá longe. E a criação da Defensoria-Geral, da Defensoria Pública do Estado nos deu exatamente essa perspectiva, e nós estamos aqui com uma chefe da Defensoria do Estado.

Então, em tempos em que se reclama, e com razão, a participação maior das mulheres, nós temos que celebrar isso. E eu acho que isso é o mais evidente, minha querida Ver.^a Mônica, Ver.^a Nádia; eu que venho de uma tradição, estava escrevendo aqui, tem Sara, Rachel, Léia, Ruth, Judite, Ester, Miriam, Maria, Madalena... nós que temos uma tradição religiosa que consagra esse papel das matriarcas, é bom, e nos alenta a alma e o coração ver que estamos dividindo até muitas vezes e que bom em condição de inferioridade, porque eu tenho certeza, elas são muito melhor preparadas do que nós. Aí vai também uma homenagem à Ver.^a Sofia Cavedon e à Ver.^a Fernanda Melchionna.

Portanto, muito obrigado pela participação. Desejo, em nome da Presidência e em nome da população de Porto Alegre, a quem a Câmara representa, muito sucesso. Todos nós estamos esperançosos na missão de vocês, sabemos que há o problema das

creches, que é muito importante, o problema dos moradores de rua, também muito importante; são déficits sociais de uma sociedade que é injusta, e nós estamos buscando dar uma resposta com os meios que dispomos e, acima de tudo, com as nossas convicções e boa fé.

O SR. DR. GOULART: Sr. Presidente, eu venho fazer um aparte para que a Secretária leve uma informação bastante importante, do ponto de vista social, que se consumou agora no Hospital Vila Nova. Um dos grandes problemas das metrópoles é o óbito que acontece em casa, em que a ambulância vai, constata a morte, não lavra o atestado de óbito e a família começa a correr por toda a cidade. O nosso querido Argolo, Presidente do Sindicato Médico, pediu para que eu fizesse uma lei nesse sentido, mas não foi preciso, Excelência, porque o Hospital Vila Nova se apresentou para resolver esse problema.

Então, saibam os senhores que, a partir de agora, com os 10 casos que já foram atendidos como experiência, o atestado de óbito é lavrado mediante um protocolo pequeno. Se por acaso chegar para algum Vereador, para a Secretária da Assistência Social ou para a da Saúde, telefonem para 3232-0065, que é a central de atendimentos funerários, e ela tomará conta desse atestado sem precisar fazer a necropsia. E aí que está o que é importante: rapidamente e sem a necessidade de necropsia, a não ser que dentro do protocolo exista alguma possibilidade de assassinato. Essa é uma comunicação histórica e que bom ter sido da presidência do Valter, que fala tão bem. Parabéns para nós todos.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Eu agradeço, Ver. Dr. Goulart, é uma informação de utilidade pública. Certamente é um número que ninguém gostaria de ligar, mas faz parte da vida.

Antes de concluir aqui, quero dizer que, em nome das nossas convidadas e das nossas Vereadoras, a nossa homenagem a todas as mulheres que vêm ao nosso plenário, às nossas colegas da taquigrafia, às nossas colegas do cerimonial, da imprensa, às nossas assessoras dos Vereadores; enfim, a todas vocês parabéns. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h08min.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein – às 17h12min): Estão reabertos os trabalhos.

Esta Presidência faz um Requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornamos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0703/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 056/17, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que obriga os responsáveis por residências ou estabelecimentos comerciais a colocar, em frente a esses locais, potes com ração e potes com água em condições de consumo e visíveis pelos animais.

PROC. Nº 0686/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 054/17, de autoria do Ver. Roberto Robaina e outros, que altera o § 2º do art. 34 da Lei nº 8.133, de 12 de janeiro de 1998 – que dispõe sobre o Sistema de Transporte e Circulação no Município de Porto Alegre, em especial, ao Código de Trânsito Brasileiro e dá outras providências –, e alterações posteriores, dispondo sobre as atividades desempenhadas pela tripulação dos veículos do transporte coletivo no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0351/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 020/17, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que tomba o imóvel localizado na Rua Dr. Salvador França, 1.427, sede do Jardim Botânico, e dá outras providências.

PROC. Nº 0005/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 001/17, de autoria da Ver^a Fernanda Melchionna e outros, que dispõe sobre peças e anúncios publicitários de órgãos e entidades dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais, bem como de concessionárias de serviços públicos.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 2661/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 271/16, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que estabelece a realização de campanhas em escolas públicas e privadas, para estimular a adoção de animais abandonados e conscientizar as pessoas acerca de sua relevância.

PROC. Nº 0306/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 013/17, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que proíbe os reincidentes em maus-tratos contra animais de obterem nova adoção, guarda ou tutela de animais.

PROC. Nº 0384/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 029/17, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que estabelece a inclusão dos dizeres “Adotem animais” nas camisas dos times de futebol do Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0465/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 035/17, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que proíbe a cobrança de multa e de juros referentes ao pagamento atrasado de contas de água e de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU – de servidores públicos municipais, ativos, inativos e pensionistas, cujos salários sejam pagos parcelados ou atrasados, bem como proíbe a suspensão do abastecimento de água desses servidores. **Com Emenda nº 01.**

PROC. Nº 0632/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 050/17, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga e outros, que tomba o imóvel localizado na Rua Furriel Luiz Antônio Vargas, 135, sede da Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Maria Thereza da Silveira.

PROC. Nº 0760/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 067/17, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao general de exército Sergio Westphalen Etchegoyen.

PROC. Nº 0835/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 086/17, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao doutor Edison Pontes Magalhães.

PROC. Nº 0832/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/17, de autoria do Ver. André Carús, que concede a Comenda Porto do Sol a Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul – Ceasa/RS –, pela criação do programa social Prato para Todos.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Não há quem queira discutir a Pauta. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h14min.)

* * * * *